

Rafael Cyrino Mansur

Conceitualização de Mercado para pesquisa de Survey

Monografia de Bacharelado

**Departamento de História
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Federal de Ouro Preto**

Mariana, 2005.

Rafael Cyrino Mansur

Conceitualização de Mercado para pesquisa de Survey

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História.

**ORIENTADOR: PROF. MESTRE
ADRIANO SÉRGIO LOPES DA
GAMA CERQUEIRA**

**Departamento de História
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Federal de Ouro Preto**

Mariana, 2005.

A minha mãe.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais que a custo de muitos sacrifícios priorizaram a criação e a boa educação minha e de meus irmãos. A meus irmãos que me deram força a minha mudança para Mariana. Ainda, agradecendo aos familiares, presto homenagem aos meus tios Sérgio e Maria Fratezzi, Milton e Myrthes Lares e Salim e Ângela Mansur que me apoiaram nos momentos mais difíceis no início do meu ingresso na Faculdade. Obrigado a todos meus tios e primos.

Meus sinceros agradecimentos aos meus mestres do Instituto de Ciências Humanas e Sociais por todo conhecimento fornecido, em especial aos professores que foram essenciais para minha formação dentro do instituto, o Professor Fábio Faversani, Olimpio Pimenta, Celso Taveira Ronaldo Pereira e a meu orientador Adriano Cerqueira.

Com muito saudosismo e nostalgia, a meus amigos e eternos companheiros que fiz durante minha estadia em Mariana. Aos “mansurados” Leonardo (lesmonardo), André (morphius) e Harley (ursinho); os “complexados” Arnaldo, Caio e Leandro; e aos “calangos” Fabrício (em especial), Flávio, Douglas (Mussarela), Caion e Chico. Ao grande amigo Edgar (Jabá) pelos vários momentos juntos, o amigo Tales (pseudo), ao Gaspar, Calvino, Fabanjão e Salgadinho. A meus grandes amigos de Belo Horizonte, que há anos me aturam Pedro, Daniel, Bruno e Rômulo.

Muito obrigado as doces mulheres que conheci durante o curso, minhas amigas, Maria Angélica, Mariana, Dani (Nova York), Dani (Itabirito), Isabel, Clarinha, Eva Vilma e Manu.

Agradeço, ainda, a Jamile grande companheira que demonstrou estar firme a meu lado nos momentos mais difíceis. Ao Sr. José Raimundo e Dona Maria que mais que vizinhos foram verdadeiros pais na falta da presença dos meus. E ao Cristiano os agradecimentos e as desculpas pela bagunça que ele teve de aguentar.

Finalizando, agradeço a instituições que custearam meus estudos e deram condições para que eu formasse: a Universidade Federal de Ouro Preto, o Conselho Nacional de Pesquisa, e ao Núcleo de Estudo Aplicado Sócio-Político Comparado (NEASPOC).

Agradeço ao povo brasileiro por estudar em uma universidade pública.

RESUMO

A Monografia em História Quantitativa Moderna Contemporânea tem por objetivo construir uma ferramenta de pesquisa na área comum às disciplinas das ciências sociais. A ferramenta de pesquisa seria um questionário estruturado e padronizado, em condições de ser aplicado em uma pesquisa tipo *survey* (quantitativa, promovida junto a uma amostra probabilística de uma dada população). Para efeito de controle, a população da qual seriam feitos os testes seria a do município de Mariana.

O questionário, então, foi baseado a partir da corrente de pensamento denominado liberalismo. Utilizando os autores liberais como John Locke, David Ricardo, David Hume, Adam Smith, demonstramos como os autores observam o conceito de mercado e como estes conceitos poderiam ser expostos num questionário de uma pesquisa tipo *survey*.

ABSTRACT

This monography in Moderny Contemporany Quantitativity History has an objective to construct a research's tool in a common area of majors of Social Sciences. This researchs tool would be a structured and formated questionnaire, in conditions to be aplicated in a survey research (quantitativity, promoted with a probablistic sample of determinated population). For control effect, the population which would have been done the tests was Marianas community.

The questionnaire was based in a liberalism thinking. Using liberal authors like Jonh Locke, David Ricardo, David Hume, Adam Smith, we show how these authors look at the market concept and how theses concepts could be shown in a Survey's research questionnaire.

SUMÁRIO:

CAPÍTULO I: JOHN LOCKE

1. Introdução	10
2. O Estado de Natureza	14
3. Mercado na Visão de John Locke	18

CAPÍTULO II: DAVID HUME

1. Introdução	28
2. O Princípio da Natureza Humana na Lógica Humeana	30
3. Justiça Governo e Propriedade os Estudos de David Hume	35
4. Entre Locke e Hume	52

CAPÍTULO III: DAVID RICARDO

1. Introdução	58
2. O Valor de Uma Mercadoria	60
3. As Trocas: O Princípio de Mercado Ricardiano.....	66
4. O Preço Natural e o de Mercado	69
5. Os Salários e os Lucros	72
6. Valor e Riqueza.....	80
7. Sobre o Comércio e o Comércio Exterior	84
8. Considerações sobre os Bancos Moedas, Impostos e a Crise de Superprodução	90

CAPÍTULO IV: ADAM SMITH

1. Introdução	95
2. Mercado e a Divisão do Trabalho	98

3. O Surgimento do Dinheiro e o Valor	103
4. Trabalho, Lucros e Salários	108
5. Capital e a Renda	119
6. O Comércio	125
7. Propriedade e o Governo Civil	129

CONCLUSÃO

1. Conclusão	134
2. Questionário	143

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia	158
--------------------	-----

“Recusar ouvir uma opinião por está certo de ser falsa, é assumir que a sua certeza é a mesma coisa que certeza absoluta. Em fazer calar a discussão há sempre presunção de infalibilidade. Pode-se deixar ficar na sua condenação neste vulgar argumento, que não é pior por ser vulgar”.

John Stuart Millⁱ

ⁱ MILL, John Stuart. Ensaio Sobre a Liberdade. Nacional. São Paulo, 1942, pág. 81;

CAPÍTULO I

JOHN LOCKE

1. INTRODUÇÃO

John Locke escritor inglês nascido em 1632, durante seus 72 anos de vida, escreveu obras voltadas para ciências humanas e sociais, a política e a filosofia foram às inspirações para seus principais trabalhos. Suas obras mais conhecidas são o *Ensaio sobre o entendimento humano*, *Cartas sobre a tolerância* e os *Dois tratados sobre o Governo*. Capitalista e conservador, fez investimentos na Companhia da África, Na Companhia de Lustring e, por fim, no Banco da Inglaterra. Investia também em hipotecas, emprestava dinheiro a juros para amigos, não gostava de especular na Bolsa, mas lá investia, tinha capital especulativo na Antiga e Nova Companhia das Índias Orientais. Possuía horror a mendigos e a indigentes, por estes estarem à margem da sociedade, não produzirem e por não colaborarem com a sociedade de uma maneira em geral.

Nesse trabalho, apresentarei umas de suas obras mais conhecidas os *Dois Tratados Sobre o*

Governo. Neles o autor realiza estudos, relacionados à política, à economia e a sociedade.

O escritor reafirma o Estado e sua legitimidade no final do séc. XVII, o Estado para Locke é o ponto de equilíbrio e sustentação para a que sociedade se desenvolva e evolua, o filósofo sente medo do estado de anarquia, e afirma que a prioridade de um governo qualquer deve ser a segurança de sua população, se o governo não trás segurança a população esse não vale para nada, e deve ser destituído.

Os Dois Tratados Sobre Governo são obras que descrevem a autoridade política e social na Inglaterra no séc. XVII, e é, principalmente, escrita no período que compreende a morte de Oliver Cromwell e a restauração dos Stuarts. Um de seus principais objetivos das obras é a legitimação do governo de Guilherme de Orange que acabara de assumir o trono da Inglaterra em 1688 após a Revolução Gloriosa.

Locke ataca os autores absolutistas, ele descarta o direito divino dos reis e exalta a liberdade dos homens. Apesar de se aproximar bastante dos autores absolutistas, como Thomas Hobbes, nas questões sobre justiça e propriedade, acaba por discordar bastante destes em relação aos direitos que o governo possui sobre a sociedade. Os absolutistas acreditam que os reis têm direito ao governo por serem designados por Deus, para governarem os outros homens. Entretanto, para Locke essa condição dos designes de Deus “escolhidos” para governar, não é aceita pelo autor, que acredita, que os próprios homens são os responsáveis de escolherem aqueles, mais indicados e competentes, para governá-los. Se o governo não é bom para a sociedade esta tem o direito de dissolvê-lo.

No respectivo capítulo, demonstraremos como Locke observa o *mercado*, os princípios e os conceitos que Locke aplica para sua definição

sobre o que seria o *mercado*, enquanto relação social pacífica e específica da condição humana.

2. O ESTADO DE NATUREZA DE LOCKE

O estado de natureza tem para governá-lo uma lei da natureza, que a todos obriga; e a razão, em que essa lei consiste, ensina a todos que consultem que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deveria prejudicar a outrem em sua vida, saúde, liberdade ou posses. Pois sendo todos os homens artefato de um mesmo criador onipotente e infinitamente sábio, todos eles servidores de um Senhor soberano e único, enviados ao mundo por Sua ordem e para cumprir Seus desígnios, são propriedade de Seu artífice, feitos para durar enquanto a Ele aprouver, e não a outremⁱ.

Locke observa o homem em seu estado inicial em liberdade perfeita com paz e harmonia. Há igualdade entre os homens, sendo assim nenhum pode se sobrepor a outro. Um homem só passa ter mais poderes que outro, quando o outro for um criminoso, e assim o criminoso deve ser punido. Quando um homem pratica um atentado ao *estado de natureza* infringindo suas leis, prejudicando a outros homens esse deve ser julgado e castigado. “E desse modo um homem obtém poder sobre outro no estado de natureza [...] todo homem tem direito de punir o transgressor e de ser o executor da lei da natureza”ⁱⁱⁱ.

As injúrias feitas por uma pessoa à outra ou a uma terceira também perturbariam o estado de

natureza. Sendo assim tanto injúrias como os crimes devem ser punidos. Além da punição dos homens que cometem esses crimes e injúrias, deve haver reparações para os homens que foram prejudicados. Essa punição é dada aos moldes da natureza. “Eis a máxima em que se baseia a grande lei da natureza: aquele que derramar sangue do homem terá seu sangue derramado. [...], no estado de natureza todos tem o poder executivo da lei da natureza”^{iv}.

A liberdade que um homem possui para punir seus agressores, passa a ser uma preocupação para os homens em seu estado primordial, pois movidos pela paixão e seus interesses próprios, os homens poderiam cometer injustiças e fugir a imparcialidade, agindo em causa própria. E por isso que o homem cria o governo civil.

não é razoável que os homens sejam juizes em causa própria, que o amor-próprio os fará agir com parcialidade em favor de si mesmos e de seus amigos. E, por outro lado, a natureza vil, a paixão e a vingança os levarão longe demais na punição dos demais, da qual nada resultará além da confusão e desordem e, portanto, Deus

certamente designou o governo para conter a parcialidade e a violência dos homens. Admito sem hesitar que o governo civil é um remédio adequado para as inconveniências do estado de natureza^v.

Toda ação que tira o homem de seu estado de natureza perfeita como injúrias, roubos, assassinatos, difamações, entre outros. Pode levar o homem ao estado de guerra, este deve ser evitado a todo custo, desta forma, todo homem que produz o estado de guerra deve ser punido. A escravidão também leva ao homem ao estado de guerra. Pois nenhum homem pode ser dono da liberdade de outro e ninguém pode vender sua liberdade, porque a liberdade não pertence aos homens. Para Locke a liberdade é propriedade de Deus “uma liberdade para cada um fazer o que lhe aprouver, viver como agradar e não estar submetido à lei alguma [...]. Mas a liberdade dos homens sob um governo consiste em viver segundo regra permanente”^{vi}.

Com noções de liberdade e de estado de natureza para Locke, é que iniciaremos a análise sobre *mercado* na concepção lockeana.

Observamos como o homem é livre em seu estado primordial, livre para fazer o que quiser desde que não interfira nos direitos alheios. O *mercado*, para o autor, é uma atividade que surge na natureza humana em seu estado de liberdade perfeita sem imposição de ninguém. É parte da natureza dos homens que eles façam trocas, assim como falem ou respirarem, o *mercado* como uma relação social pacífica e específica. “Tal é o caso do suíço e do índio negociando acordos de troca nas florestas americanas”^{vii}.

3. MERCADO NA VISÃO DE JOHN LOCKE

Para que compreendamos melhor esta noção de *mercado* lockeana, devemos compreender como se dá a constituição da propriedade para o escritor:

Deus, que deu o mundo aos homens em comum, deu-lhes também a razão, a fim de que dela fizesse uso para maior benefício e conveniência da vida. A Terra, e tudo quanto nela há, é dada aos homens para o sustento e o conforto de sua existência, é, contudo, necessário, por terem sido essas coisas dadas para o uso dos homens, haver um meio de apropriar parte delas de um modo ou de outro para que possam ser de alguma utilidade ou benefício para qualquer homem em particular. O fruto ou caça que alimenta o índio selvagem [...] deve ser dele, e de tal modo dele, ou seja, parte dele, que outro não tenha direito algum a tais alimentos, para que lhe possam ser de qualquer utilidade no sustento de sua vida. Embora a Terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa. A esta ninguém tem direito algum além dele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos [...], são propriamente dele^{viii}.

John Locke em sua definição sobre o surgimento da propriedade, como vimos, afirma que toda vez que por trabalho das mãos do homem que retirou um objeto do estado de natureza colhendo-o, caçando-o ou modificando-o. Este objeto passa a ser deste único homem, e ninguém tem direito algum sobre tal objeto. “Aquele que se alimenta das bolotas que apanha

[...] com certeza apropriou-se delas para si mesmo”^{ix}

Todavia, existe um limite que o homem deve respeito ao retirar os produtos da natureza, o homem só poderá usufruir da natureza aquilo que ele e sua família conseguiram consumir. Apesar de Deus ter feito tudo em abundância, não justifica que o homem desperdice. Retirar da natureza além daquilo que ele necessita para seu sustento e de sua família estaria desrespeitando direito alheio. Poderia retirar além do necessário àquilo que poderia ser de utilidade para outras pessoas.

A mesma lei da natureza que por este meio concede a propriedade, também limita essa propriedade. Deus deu-nos tudo em abundância [...] Mas até que ponto ele no-lo deu? Para usufruirmos [...]. O que quer que esteja além disso excede sua parte e pertence aos outros. Nada foi feito por Deus para que o homem estrague ou destrua^x.

A propriedade não se originou do consenso entre os homens, o homem cria a propriedade para atender as suas necessidades básicas. A propriedade adquirida (no estado de natureza) é ilimitada, mas essa se limita ao que o homem e

sua família necessitam para sua sobrevivência. A propriedade jamais deveria ser usada como um instrumento de opressão, como meio de obteção a submissão dos outros à nossa vontade.

Na parte em que Locke comenta sobre propriedade no *Segundo Tratado Sobre o Governo*, o autor destaca a relação de uma importante propriedade, que seria a terra. Esta que durante séculos tem sido alvo para brigas e disputas. Há uma grande discussão até aos dias de hoje sobre seus direitos de posse por apropriação, herança, títulos, entre outros. Para o escritor a terra é uma propriedade adquirida como outra qualquer. O homem que quisesse parte da terra para si, só poderia apropriar-se da parte da terra que ele tivesse condições de arar, plantar, cultivar e colher aquilo que seria para seu sustento e de sua família. Desta maneira, como todas as coisas foram feitas em abundância não faltariam boas terras a ninguém, pois a terra como a água existe em fartura. Além disso, a

terra melhorada pelas mãos do homem
aumentaria as reservas da humanidade.

Ninguém poderia julgar-se prejudicado pelo fato de outro homem beber, mesmo que tenha tomado um bom gole, se houvesse todo um rio da mesma água sobrando para saciar sua sede. É o caso da terra e da água, quando a bastante de ambos, é perfeitamente o mesmo [...], tem mais abundância das conveniências da vida em dez acres (trabalhados pelo homem) do que teria em cem deixados pela natureza^{xi}.

Para Locke as terras em todos os lugares são comuns, o homem se apropria dela para seu sustento. Nenhum outro homem tem o direito de se beneficiar do trabalho alheio, as terras melhoradas tornam-se propriedade particular daquele que a transformou. Isso mais tarde, quando se formar o Estado, por consenso dos homens, lhes dará o direito ao título da propriedade da terra. “Aquele que tivesse para memorar terra tão quanto que já estivesse tomada não precisaria queixar-se nem deveria meter-se com a que já estivesse melhorada; caso o fizesse, ficaria claro que desejava o benefício do trabalho alheio, ao qual não tem direito”^{xii}.

É o mesmo principio que torna as coisas da natureza em propriedades particulares de um homem, criam nesses mesmos produtos os valores que elas possuem. O valor dos objetos no estado de natureza é dado pelo trabalho que o homem aplica sob os esses produtos. O trabalho é o principio de todo valor existente, quanto maior for o esforço para a obtenção, modificação ou construção de um objeto mais valioso o objeto será:

supondo-se que o mundo foi dado aos filhos dos homens em comum, vemos como o trabalho podia conferira os homens títulos a diversas partes dele para seus usos particulares; do que não poderia haver dúvida alguma quanto ao, direito, uem ocasião para disputas^{xiii}.

O autor não concebe como os homens poderiam produzir numa terra além daquilo que necessitariam para a sua sobrevivência. Mas, com o passar do tempo, o homem aumenta suas necessidades através do crescimento das suas famílias e do seu agrupamento em sociedade:

A medida, [...], que aumentava as famílias e o esforço fazia crescer as reservas dessas, as suas posses cresciam com as suas necessidades. Contudo, isso se dava sem haver ainda nenhuma

propriedade fixa do solo de que se utilizavam, até que se uniram, assentaram-se em conjunto e construíram cidades, então, mediante consentimento, vieram, com o tempo, afixar os limites de seus territórios^{xiv}.

Agora, chegamos ao ponto em que se dará todo o entendimento do nascimento do *mercado* na compreensão de Locke. Trata-se do excedente e da acumulação, estes darão a base para que o homem primitivo comece a fazer seus estoques e suas negociações:

Aquele que colhesse cem alqueires de bolotas e maçãs tinha, por conseguinte, a propriedade delas; eram seus bens assim que fossem colhidos. Era necessário tão-somente cuidar para que elas não se estragassem antes que as usassem, do contrário teria colhido mais do que sua parte e roubado parte alheia. E era com efeito uma tolice, bem como desonestidade, acumular mais do que era capaz de usar. Se cedesse uma parte a outra pessoa, de modo que não estragasse inutilmente em suas mãos, essa parte também teria sido usada. E também, se trocasse algumas ameixas que se teriam estragado em uma semana por nozes, de que se poderia se aumentar durante um ano, não causaria dano algum, não desperdiçaria a reserva comum e não destruiria uma parte dos bens pertencente aos outros. Contanto, nada perece inutilmente em suas mãos. Mais uma vez, se trocasse suas nozes por um pedaço de metal cuja cor lhe agradasse, ou sua lenha por uma pedra brilhante ou diamante, não estaria invadindo o direito alheio e poderia acumular tantas dessas coisas duráveis quanto lhe aprouvesse; o exagero no limite de sua justa propriedade não residia na extensão de suas posses, mas no pericimento inútil de qualquer parte delas^{xv}.

A instituição do dinheiro, assim como, a criação dos títulos de propriedade que foram instituídos por um consenso dos homens. Com

dinheiro o homem alimentaria suas riquezas. O homem não mais se preocuparia com o desperdício de seus produtos. A moeda foi uma invenção para que os homens pudessem negociar entre si, de maneira mais eficiente. Após a união do homem em sociedade não haveria mais necessidade, bem como, não haveria mais sentido, os homens viverem longe da sociedade. O comércio traria um novo sentido para a vida do homem, não mais a busca pela sobrevivência seria o único motivo para a existência do homem. A obtenção de novos materiais além daqueles que apenas serviriam para sobrevivência, proporcionaria aos homens melhores condições de vida. A diversificação da alimentação, como educação e a criação de novas técnicas para o trabalho melhorariam a expectativa de vida dos homens durante os séculos. O homem em sociedade produz muito mais do que só.

Contudo, apesar de constatarmos que a vida em sociedade traria mais facilidades à

humanidade. Vemos na obra de Locke que a vida em sociedade humana é que faz com que o homem queira ter mais que os seus irmãos. A desigualdade entre os homens também foi feita por consenso entre eles, isso justificaria o porquê de alguns possuírem mais que outros:

o ouro e a prata, por terem pouca utilidade para a vida humana em comparação com elemento, as vestimentas e o transporte, viveriam seu valor apenas ao consentimento dos homens, enquanto o trabalho ainda dá em grande parte sua medida, vê-se claramente que os homens concordam com a posse desigual desproporcional da terra, tendo encontrado, por um consentimento tão tácito e voluntário, um modo pelo qual alguém pode possuir com justiça mais terra do que aquela cujos produtos possa usar, recebendo em troca do excedente ouro e prata que podem ser guardado sem prejuízos de quem quer que seja. [...]. Essa partilha das coisas em uma desigualdade de propriedades particulares foi propiciada pelos homens^{xvi}.

ⁱⁱ LOCKE, John. Dois Tratados Sobre o Governo / John Locke; tradução Julio Fischer. - São Paulo: Martins Fontes, 1998, - (Clássicos) págs, 384 - 385;

-
- ⁱⁱⁱIdem, págs. 386-387;
^{iv}Ibidero, págs. 389-391;
^v Ibidem, págs. 391;
^{vi} Ibidem, págs. 402 - 403;
^{vii} Ibidem,pág. 143;
^{viii} Ibidem, págs. 406 -407;
^{ix} Ibidem, págs. 408 - 409;
^x Ibidem, pág. 412;
^{xi} Ibidem, págs. 413,414 -418;
^{xii} Ibidem, pág. 414;
^{xiii} Ibidem,pág. 420-422;
^{xiv} Ibidem,pág. 419;
^{xv}Ibidem,pág.426;
^{xvi} Ibidem, págs. 427 - 428.

CAPÍTULO II

DAVID HUME

1. INTRODUÇÃO

David Hume, escritor escocês nascido em 1711, teve seu nome reconhecido por toda Europa depois da publicação de sua obra sobre "Discursos Políticos" de 1752. A partir desta data, Hume tornou-se referência nos estudos sobre o homem, em áreas como a Psicologia, Sociologia, Economia, Ciências Política. Seu reconhecimento, no entanto, deu-se primeiramente fora de seu país. Os pensadores franceses foram os primeiros a reconhecer o talento que brilhante autor merecia. Suas escrituras influenciaram autores como Kant, em suas obras sobre política e princípios morais, por exemplo. E a os estudiosos da Itália e de outros vários países europeus também contemplavam os estudos do autor. O conhecimento prático é característico em suas obras, pois tinha convicções definidas em Política e Moral. E seu ceticismo era conhecido e comentado por toda Europa. O escritor, todavia, não pôde provar plenamente de toda sua fama. Pois faleceu em 25 de

agosto de 1776, aos 65 anos, em Edimburgo sua cidade natal.

Hume em seus “Ensaio Político” apresenta temas relacionados à Política e Economia. Ele procura demonstrar que a política é uma ciência, esta que por sua vez, se relaciona com suas idéias sobre liberdade, governo e direito. O autor, ainda, comenta sobre a necessidade da liberdade para o comércio e a indústria, e estuda temas como moeda, imposto, crédito e desigualdade social.

Neste trabalho, procuraremos, através dos “Ensaio Político” de David Hume, a definição sobre o que seria o *mercado* para Hume. A compreensão de seus estudos sobre política, economia e sociedade nos dará o entendimento do que seria o *mercado* para o autor. A importância que esse teria em uma perspectiva política, social e econômica na construção de nossa sociedade. Além da necessidade dos homens em se relacionarem socialmente para suprir suas carências e suas deficiências, que são amenizadas através do *mercado*, analisado pelo escritor.

2. O PRINCÍPIO DA ORIGEM HUMANA NA LÓGICA HUMEANA

Para iniciarmos a compreensão do que seria o *mercado* para David Hume. É importante que analisemos como se dão os princípios da origem humana para o autor. Que considera o homem como um ser que apresenta deficiência perante aos outros animais. E é apenas com a união dos homens em sociedade que os seres humanos puderam se equiparar ao restante dos animais, e mesmo se sobrepor perante eles:

E somente por meio da sociedade que o homem é capaz de suprir aos próprios defeitos e elevar-se a um pé de igualdade com as outras criaturas, chegando mesmo a adquirir uma certa superioridade sobre elas. Pela sociedade compensam-se todas as suas enfermidades; e embora nessa situação se multipliquem a cada momento todas as suas necessidades, contudo as suas capacidades aumentam ainda mais, deixando-o em qualquer sentido satisfeito e mais feliz do que lhe seria possível conseguir em condições selvagens e solitárias. Quando qualquer pessoa trabalha individualmente à parte e somente para si, a força de que dispõe é por demais diminuta para que execute qualquer trabalho considerável; destinando-se o próprio trabalho a suprir-lhe todas as diferentes necessidades, não pode nunca atingir a perfeição em qualquer arte particular; e como a força e o sucesso não são sempre iguais, a menor falha em qualquer desses pormenores vem acompanhada de inevitável ruína e miséria. A sociedade proporciona remédio para estes três inconvenientes. Pela conjunção de forças aumenta-se o nosso poder; pela repartição dos empregos cresce nossa capacidade; e pelo socorro mútuo ficamos menos expostos à sorte e aos acidentes. A sociedade toma-se

vantajosa por essa força, capacidade e segurança adicionais^{xvi}.

Na análise do estado de natureza na concepção humeana, podemos observar o início de sua concepção sobre a natureza humana, ou seja, os primórdios da sociedade, não solitária como sugere certos autores como Thomas Hobbes ou John Locke. Para Hume os seres da espécie humana já nasce em sociedade por motivos de ordens naturais e por uma certa lógica. O homem se une em sociedade para suprir suas carências. Somente a vida do homem em sociedade é que pôde dar aos homens condições para sua sobrevivência. Torna-se, portanto, impossível à existência de um só homem distante de sua sociedade.

Todavia, não é somente a necessidade da união entre os sexos que promoveria a união dos homens em sociedade. Mas as necessidades de se aumentar às forças dos seres humanos, para que assim, o homem potencialize o seu poder, para realização de qualquer trabalho, sem que esse fique em desvantagem perante aos outros animais. Além do aumento da capacidade humana, através da repartição dos empregos, para que

cada pessoa fazendo o que sabe produzir de melhor, supra com seu trabalho as necessidades presentes na sociedade.

Para que o homem obtenha maior segurança, que é indispensável para que o homem possa enfrentar os riscos que seu ambiente lhe proporciona, a sociedade torna-se um elemento bastante eficaz para proteção dos indivíduos.

Os ensinamentos que a sociedade adquire e transmite para suas próximas gerações, também, é uma das indiscutíveis vantagens que a sociedade proporciona aos homens.

Podemos aqui neste ponto da dissertação, estabelecer a primeira relação de *mercado* na teoria humeana. Pela tendência que os seres humanos têm de se unirem em sociedade, como esses poderiam viver sem trocas? Quando Hume comenta sobre os três motivos básicos do porquê da união dos homens em sociedade (pela força, capacidade e segurança). O autor acaba citando o modo como os homens produzem. Homens, produzindo em sociedade,

acabariam por suas habilidades, a suprir suas necessidades. Conseguiriam cumprir qualquer trabalho que exigisse um esforço considerável. Ainda, os homens para o aumento de sua capacidade de produção, fariam diversas divisões de trabalhos. Divisões essas feitas por sexo, idade, capacidade. E é nesta divisão do trabalho, que cada homem dentro de sua sociedade, poderia produzir para suprir suas necessidades e para necessidades de sua comunidade. A cada indivíduo seria incumbido da produção, cultivo ou coleta de certos produtos que serão de consumo seu e de sua sociedade.

Por esse motivo, a relação social da troca, o *mercado*, se apresenta entre os homens que vivem em sociedade, trabalhando juntos ou separados. No momento em que se tem esta divisão do trabalho, os indivíduos produzem bens para si, e o resto dos produtos, ele coloca para os outros indivíduos de sua sociedade. O homem trocava produtos para diversos fins, como, para conseguir outros bens de que necessitaria, ou para ganhar a amizade de outros

indivíduos dentro de sua sociedade ou ainda, apresentando alguns indivíduos por algum laço familiar ou de amizade. Considerando o *mercado* como “uma relação social específica, tendo como foco a troca pacífica de bens destinados a suprir as necessidades e as carências dos seres”¹, podemos apontar características de mercado na teoria humeana.

Encontrada essa primeira identificação do que seria o *mercado* na teoria humeana, será tão-somente necessário, que analisemos como o *mercado* se desenvolve, na concepção do autor. Para isso é preciso que conheçamos suas noções de justiça, governo e propriedade.

¹ WEBBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Pág. 212.

3- JUSTIÇA GOVERNO E PROPRIEDADE

OS ESTUDOS DE DAVID HUME

Ao tratar sobre o conceito de justiça humeana. Veremos como o autor observa o homem, seus desejos e paixões, seus defeitos e qualidades, sua bondade e maldade limitada. A natureza humana retratada por David Hume, apresenta a dualidade dos sentimentos humanos e as contradições de nossos sentidos e nossa racionalidade.

Longe de pensar que os homens não tem qualquer afeto senão pela própria pessoa, sou de opinião que, embora seja raro encontrar-se alguém que ame a outra pessoa a mais do que si mesmo, igualmente raro é encontrara-se alguém em que toda espécie de paixões, encaradas em conjunto, não contrabalancem inclinações egoístas. Consultem-se a experiência comum; não se vê que, embora a despesa total da família esteja geralmente sob direção do chefe, poucos há que não destinem a maior parte da fortuna aos prazeres da esposa e à educação dos filhos (...) Enquanto cada um ama a si mesmo mais do que a qualquer outro, e no amor que dedica ao próximo destina o maior afeto aos parentes e as relações, produz-se necessariamente certa oposição de paixões e conseqüente oposição de ações, que só podem ser perigosa à união recém-estabelecida^{xviii}.

O autor considera que nossas ações são guiadas por certas paixões e por bens que nos é dado a possuir:

Existem três bens que nos é dado a possuir: a satisfação interior do espírito, as vantagens externas do corpo, e o gozo de posses que tivermos adquirido por habilidade e boa sorte. Estamos perfeitamente seguros do gozo da primeira. A segunda pode ser-nos arrebatada, mas não será de qualquer proveito para quem no-la arrebatou. Somente a última está exposta não só à violência de terceiros como pode transferir-se sem que sofra qualquer perda ou alteração, enquanto simultaneamente não existe em quantidade suficiente para a satisfação e desejos e das necessidades de todos. Por consequência, como o melhoramento desse bens é a vantagem principal da sociedade, assim também a instabilidade de sua posse, juntamente com sua escassez, constitui o principal obstáculo.^{xix}

O homem, por sua vez, é feito de boas e más concepções. O egoísmo e o amor são inerentes à natureza humana. O homem teria uma certa tendência de favorecer o seu afeto as pessoas mais próximas, como parentes e amigos.

Hume questiona, a escassez de bens para consumo humano, e vê nessa o principal problema do relacionamento do homem com os outros de sua espécie.

A falta de bens suficientes para todos despertaria a cobiça de alguns homens, que, em busca de bens alheios acabariam com a paz dentro de suas sociedades. Considerando que os homens teriam aceitado a abstinência da posse dos bens de terceiros, isso para que houvesse paz dentro da sociedade, para que uns não briguem com os outros. A propriedade torna-se, então, por direito, do homem. Após o consenso da sociedade sobre o direito que cada um tem sobre determinado bem considerado como seu:

A nossa propriedade nada mais é do que os bens cuja posse constante as leis da sociedade estabelecem - isto é, as leis da justiça. Portanto, os que empregam as palavras “propriedade”, “direito” e “obrigação”, antes de terem explicado a origem da justiça, ou mesmo as empregam naquela explicação, cometem um grave erro e não podem nunca chegar a raciocinar qualquer base sólida. A propriedade de uma pessoa consiste em algum objeto quem com ela se relaciona. Esta relação não é natural mas moral, fundando-se na justiça (...). Como nosso primeiro e mais natural sentimento da moral se baseia na natureza de nossas paixões, dando-nos a preferência a nós mesmos e a nossos amigos frente aos estranhos, é impossível à existência natural de qualquer direito ou propriedade fixa, enquanto as paixões opostas dos homens os impelirem em direções contrárias, sem que os restrinja qualquer convenção ou acordo.^{xx}

Ao estabelecer os princípios de justiça, baseado em nosso sentimento da moral. O

homem estabelece as noções de direito, obrigação e propriedade. Essas noções são criadas no intuito de proteger os homens dos próprios homens. Pois estes são movidos por suas paixões, e são elas que podem destruir o clima de estabilidade e segurança, necessários para que o homem mantenha a paz dentro de sua sociedade. O homem necessita da paz, para que continue sua evolução, isto é, para que melhore as condições da vida humana, e para o prosseguimento de sua sociedade. A justiça é um sentimento moral como veremos nos parágrafos abaixo escritos pelo autor. Quando os homens misturam seu sentimento de justiça e moral com sua razão e o consentimento dos outros indivíduos. Os homens passam a criar regras para sua convivência em sociedade, as leis:

Ora, como é pelo estabelecimento desta regra a favor da estabilidade da posse que essa paixão se restringe se essa regra for muito abstrusa e a invenção difícil, ter-se-á de encarar a sociedade como sendo acidental e resultantes de muitos séculos. Mas se se verificar que nada pode ser mais simples e óbvio do que a regra que todo pai afim de preservar a paz entre os filhos, deve estabelecê-la, e que estes primeiros rudimentos de justiça devem ir melhorando dia à dia com a

ampliação da sociedade - se tudo isso parece evidente, como certamente deve parecer, podemos concluir que é inteiramente aos homens ficarem durante qualquer prazo considerado as condições de selvageria que precedem a sociedade, mas que se pode considerar o próprio estado ou condição inicial.^{xxi}

Pode nos parecer contraditório quando Hume comenta que a justiça surge antes de nossa sociedade. Se o homem nasce em sociedade. Bem na verdade não há contradição, o motivo é simples, a justiça é um sentimento como a moral. Os sentimentos fazem parte de nossa natureza. Nos é dado, não há necessidade de utilizarmos a razão para colocarmos esses em prática. E por esse motivo, que os pais para manterem a paz entre os filhos, afim de preservar a paz em sua sociedade, estabelecem o conceito de justiça.

Os homens por terem sentimentos, não podem ser definidos como bons ou ruins, pois possuem os dois tipos de sentimentos presentes em sua natureza, *somente do e da generosidade limitada do homem, juntamente com a escassez dos bens destinados a satisfazer-lhe as necessidades, a justiça deriva sua origem^{xxii}.*

Agora iremos analisar a opinião. A importância que essa tem na formação dos governos:

o governo se baseia tão-só na opinião, e tal máxima se estende aos governos mais despóticos e mais militares tanto quanto aos mais livres e mais populares. O sultão do Egito ou o imperador de Roma podia arrastar os súditos indenes como animais brutos contra os sentimentos e inclinações que lhe eram próprios. Mas tinham, pelo menos, de conduzir os seus mamelucos ou bandos pretorianos como homens, pela opinião^{xxi}.

Hume coloca uma divisão entre as opiniões existentes. Subdivide as opiniões em duas, a opinião de interesse. Que se forma pela seguinte concepção: quando uma população se sente segura, por proteção de leis de um *governo* que está regente na administração. Sob esta opinião, Hume comenta que, é a melhor forma de se manter um governo. Pois este *governo* possui apoio para manter-se vigente, a população tem interesse que esse *governo* se mantenha vigente.

O outro tipo de opinião se baseia no direito; seria a opinião de direito. Esta que por sua vez, também, se subdivide em duas; a

opinião de direito ao poder e a opinião de direito à propriedade. A primeira consiste em um *governo* já existente. Esse governo se sente no direito de governar a sociedade. E é de opinião de várias pessoas que habitam esta determinada sociedade de que se mantenha este *governo*. Geralmente, a opinião de direito ao governo se mantém por força do hábito, pois as populações têm receio de alterarem seus governos. A paz pode ser perturbada, a estabilidade pode ser quebrada com as alterações de governo. O segundo tipo de opinião de direito, a opinião de direito à propriedade. Consiste, em se formar um *governo* que mantenha protegido os bens das pessoas que formam este *governo*. “Sobre estas três opiniões, portanto, de *interesse público*, de *direito ao poder* e de *direito à propriedade*, fundam-se todos os governos e toda a autoridade de poucos sobre muitos”^{xxiv}.

Para o autor, existem também, outros princípios de formação dos governos. São

considerados, o *interesse próprio*, o *temor* e a *afeição*. Esses que viriam a ser caracteres secundários na formação dos governos. O interesse compreende no caso de pessoas poderosas dentro da sociedade, manterem um governante, a fim de obterem privilégios dentro de determinado governo. O *temor* e a *afeição* sobre um soberano serão considerados sob o mesmo motivo do *interesse próprio*. Apenas algumas pessoas teriam vantagens em formar certos governos institucionalizados por essas bases:

Existem, na realidade, outros princípios que vêm corroborar a estes, determinado (governo)², limitando ou alternando-lhes a operação, como o *interesse próprio*, o *temor*, a *afeição*. Contudo, pode-se afirmar-se que estes outros princípios não exercem qualquer influência se isolados, supondo a influência antecedente das opiniões mencionadas acima. Deve-se, portanto, considerá-las como princípios de governo secundários, não originários^{xv}.

Hume considera que o governo é legítimo pela combinação da força com o consentimento. Entretanto, é apenas o consentimento que

² A palavra governo foi inserida.

fornece a autoridade para que os *governos* permaneçam vigorosos:

Quase todos os governos que existem atualmente ou dos quais resta qualquer menção na História, basearam-se originalmente ou na usurpação ou na conquista ou em ambas, sem qualquer pretensão a consentimento legítimo ou sujeição voluntária do povo [...] e este é o único contrato original de que se podem vangloriar^{xxvi}.

Como podemos perceber o governo pela concepção humeana, sempre se utiliza à força para seu surgimento, mas é o consentimento que o torna legítimo. David Hume acredita, também, que, a concepção política se estabelece pelos interesses privados. O que constitui a vida social são indivíduos agindo em grupos. Para o escritor se houvesse responsabilidade de um homem com outro não seria necessária a criação dos governos. Se os homens fossem racionais e conhecedores de seus interesses, eles não necessitariam de governo:

A razão, a História e a experiência mostram-nos que todas as sociedades políticas tiveram origem muito menos exata e regular; e tivesse alguém de escolher certo período que o consentimento do povo merecesse a menor atenção em transações públicas, seria precisamente na instituição de um novo governo. Em uma constituição inalterável consultam-se amiúde as inclinações do povo, mas durante a fúria das revoluções, conquistas e

convulsões públicas, a força militar ou astúcia política geralmente decidem da controvérsia^{xxvii}.

O homem para Hume, não é justo naturalmente e não é plenamente racional. A fraqueza humana está no fato dos homens não reconhecerem seus interesses. Contudo, o homem cria o governo que é baseado na força. Essa força mantém a ordem entre os homens. Se os homens tivessem possuído uma compreensão perfeita de seus interesses e respeitasse os direitos dos seus semelhantes, o governo não teria necessidade de existir.

O governo, segundo o autor, é capaz de produzir justiça entre as pessoas, apesar de não ser um aparelho para o controle da sociedade. Pois, os governantes podem se corromper pelo poder e pelas vantagens de governar:

o governo tanto mais depressa se adianta para a maturidade e perfeição, mas ainda revela certa fraqueza, até que maior progresso vem proporcionar ao magistrado certo rendimento, habilitando-o a conceder compensações aos vários instrumentos da administração, e a infligir castigos aos refratários e desobedientes^{xxviii}.

O Estado Civil é criado pelo homem porque este não conhece claramente seus

interesses. O autor considera o homem um ser não completamente racional. As paixões conduzem os homens e, nem a moral é produto da razão humana, mas sim, de sua natureza, ou melhor, de seus sentimentos. Ter virtude também é um sentimento humano, pois a virtude dá aos homens uma sensação de satisfação, diante da contemplação de caráter, comportamento esse completamente individual. Ter um caráter bom ou ruim, é uma concepção puramente individual, as pessoas definem este caráter, pois possuem em sua consciência o sentimento da moral:

Podem dividir-se todos os deveres morais em duas categorias. A primeira é daqueles a que os homens são impelidos por instintos por instinto natural ou por inclinação imediata que sobre eles atua, independente de qualquer idéia de obrigação e de qualquer perspectiva de utilidade pública ou privada. Desta natureza são o amor que as crianças mostram, a gratidão aos benfeitores, a compaixão pelos infelizes... A *segunda* espécie de deveres morais é dos que não se apoiam em qualquer instinto original da natureza, mas realizam-se inteiramente em virtude de um sentimento de obrigação, quando as necessidades da sociedade humana e a impossibilidade de sustentá-la se deixam de lado esses deveres. E assim que a *justiça*, ou consideração pela propriedade de outrem, a *fidelidade*, ou a observância das promessas, se tornam obrigatórias adquirindo autoridade sobre os homens^{xxx}.

Entretanto, o que tem haver os interesses do homem como indivíduo, o senso *de justiça humana* e o *governo*, com o *mercado*, que estamos analisando? Bem, ao considerarmos o *mercado* como uma relação social, temos que considerara estes aspectos, pois são esses que, irão influir diretamente na relação de *mercado* entre os indivíduos. Cada homem observa seus interesses, principalmente, quando realiza trocas com outros indivíduos. Para que os indivíduos troquem seus bens com os outros, é necessária que o senso de justiça esteja estabelecido a pessoa que está realizando específica troca. A justiça é essencial neste tipo de relação para que cada homem reconheça a propriedade do outro, além da satisfação que a na troca dos produtos. É necessário que os dois ou demais indivíduos ao realizarem uma relação de *mercado* entre si, se sintam satisfeitos por estarem realizando certa troca, ou melhor, que estes indivíduos sintam que houve justiça na relação de troca que realizaram.

O governo seria criado, também, como uma espécie de proteção, para uma melhor segurança para as relações de troca entre os particulares, O governo vem a legitimar a concepção de justiça estabelecida durante a troca. O Estado legitima a justiça e estabelece critérios para que esta seja feita.

Após, tratamos as concepções humeanas sobre o *interesse*, *justiça* e o *governo*. Estamos aptos para prosseguirmos com nossa pesquisa, passando agora para um novo assunto. Passaremos a tratar agora sobre *comércio* na visão de David Hume. O *comércio* que é para nos uma das relações de *mercado* mais conhecidas. Consideremos o *comércio* como uma ramificação das várias formas de *mercados* existentes.

Alguns pensam que o *mercado* se manifestaria apenas nas relações comerciais humanas. Acabando por desconsiderar a existência de *mercado* em todas as outras trocas

que os homens fazem para satisfazer a seus desejos e as suas necessidades. Contudo, onde podemos observar a existência de mercado nas relações sociais humanas? Observando que há existência de *mercado* em todas as trocas humanas, independente do produto, bem ou espécie a serem trocados. Notamos relações de *mercado* em uma troca de presentes entre amigos, ou na troca de influência entre pessoas importantes, podemos observar o *mercado* na troca dos diversos interesses existentes na relação entre duas ou mais pessoas.

Todavia, voltemos a análise do comércio para Hume. O comércio enfraquece o público e se fortalece pelo interesse pessoal dos indivíduos.

Podem apresentar-se certas circunstâncias em que o comércio, a riqueza e o luxo dos indivíduos, ao invés de reforçarem o público, servem tão-só para enfraquecer-lhe os exércitos e diminuir-lhe a autoridade entre as nações vizinhas. O homem é um ser muito variável, suscetível de opiniões, princípios e regras de condutas mui diversas. O que pode parecer verdadeiro enquanto adota certa maneira de pensar mostrar-se-á falso quando abraçou grupo contrário de maneiras e opiniões^{xxx}.

O homem, para Hume, produziria o necessário para seu sustento e comercializaria o supérfluo. Esta comercialização traria felicidade ao homem, pois ampliaria seus bens. O comércio ajudaria também na manutenção da paz entre os homens.

Com a paz comercial o Estado deixaria de empregar a mão-de-obra ociosa, dentro de seus domínios, no exército e passaria a empregar esta mão-de-obra nas belas-artes, nas artes de luxo como denomina David Hume. Todavia, o Estado se enfraquecerá militarmente, mas os indivíduos preferem o comércio à guerra. Sendo assim, o Estado que for contra a opinião de sua população correrá o risco de se enfraquecer e poderá até desaparecer. No entanto, o comércio enriquecerá o Estado, assim aumentando tanto o poder do soberano quanto a felicidade dos súditos:

A melhor política será unir à inclinação comum dos homens, procurando melhorá-la na medida do possível. Ora, de conformidade com o curso mais natural dos acontecimentos, a indústria, as artes e o comércio aumentam o poder do soberano tanto quanto a felicidade dos súditos, e é violenta a política que engrandece o público por meio da pobreza dos indivíduos. Será fácil mostrá-lo por

algumas considerações que nos apresentem as consequências da indolência e da barbárie^{xxx}.

Será o comércio exterior que aumentará tanto o poder do Estado, quanto à riqueza e a felicidade do povo. Além do aumento do volume de trabalho dentro desse determinado Estado:

O mesmo método de raciocínio leva-nos a ver a vantagem do comércio *exterior* em aumentar o poder do Estado tanto quanto a riqueza e a felicidade do súdito. Aumenta o volume de trabalho do país, e o soberano pode converter a parte que julgar necessária ao serviço público. O comércio exterior fornece pela importação os materiais para novas manufaturas, e pela exportação produz trabalho em artigos particulares que não tem consumo no país. Em resumo, um reino que faz grande importação e exportação deve ter indústria mais abundante — e esta emprega em luxo e refinamentos - do que um reino que se contenta com os artigos nele produzidos^{xxxii}.

David Hume comenta, também, a desigualdade social. Esta que, por sua vez, diminuiria o poder do Estado, pois enfraqueceria a indústria e apenas uma parte da população concentraria as riquezas do país. Assim, o Estado, mal poderia arrecadar impostos, ocasionando vários protestos da população por sua má condição de vida. A de se procurar um equilíbrio entre a pobreza do povo e a riqueza da

elite. A população mais pobre deve ter pelo menos o mínimo de condições para viver bem e pagar seus impostos:

Quando poucos partilham das riquezas, vêem-se obrigados a contribuir mui largamente à satisfação das necessidades públicas; mas se se dispersarem entre muitos, o peso será leve em cada ombro, e as taxas não trarão diferença sensível à maneira de viver de qualquer pessoa^{xxxii}.

4. ENTRE HUME E LOCKE

Nesse capítulo, demonstraremos as diferenças existentes entre o pensamento lockeano e humeano. David Hume em seus *Ensaaios Políticos* trava um confronto direto com os ditos pensadores do *contrato original*. Contrato esse que, se baseia no consentimento dos homens livres para a formação do Estado.

Primeiramente, Hume não acredita que o homem tenha tido um *estado de natureza* perfeita, onde vivesse sozinho longe de uma sociedade, como consideram *os pensadores naturais*. Hume considera este estado apenas uma vã filosofia, que não ocorreu realmente, um modo de vida que o homem não teve em tempo algum:

é inteiramente impossível aos homens ficarem durante qualquer prazo considerável nas condições de selvageria que precedem a sociedade, mas que se pode considerar perfeitamente social o próprio estado ou condição inicial(...)

Ter-se-á de reconhecer, (...), este *estado da natureza* como simples ficção, não mui diverso daquela *idade de ouro* inventada pelos poetas, somente com esta diferença, que se descreve a primeira como cheia de guerra, violência e injustiça, enquanto esta última se pinta como

condição mais encantadora e mais tranquila que se possa imaginar^{xxxiv}.

Em Hume, somente em sociedade que o homem elimina suas principais necessidades. Sua desvantagem perante os outros animais. Adiante, como já vimos, nos capítulos anteriores, Hume descarta a possibilidade do governo ter começado apenas pelo consentimento. Esse que é a afrontado pela força e a usurpação. Não é apenas o consentimento que formaria o governo. Mas sim uma mistura entre força e o consentimento, é este que dá a governabilidade de um Estado. “Autor notável (Locke)³ fez da propriedade a base de todo tipo de governo, e muitos dos nossos escritores políticos parecem inclinados a segui-lo neste particular^{xxxv}”.

Para John Locke o Estado é criado unicamente para que os homens protejam sua propriedade privada. Hume critica duramente essa visão, pois seria a propriedade privada, apenas um dos motivos da constituição do

³ Esse nome foi inserido.

Estado. Como vimos, para o autor, a opinião é o mais importante dos princípios do *governo*. Hume considera a teoria lockeana, como uma teoria ainda inocente, pois não enxerga com clareza as paixões, os desejos, os interesses e as necessidades da raça humana. Sendo assim, Hume critica o estado de natureza e as concepções de Estado, de Locke.

A diferença em que os dois autores apresentam em relação ao *mercado*, aparecem evidentes. Pois para Locke a relação de troca humana se dá a partir do momento em que o homem tem definida sua concepção de propriedade. Para Locke, é o trabalho define a propriedade do homem:

O fruto ou caça que alimenta o índio selvagem [...] deve ser dele, e de tal modo dele, ou seja, parte dele, que outro não tenha direito algum a tais alimentos, para que lhe possam ser de qualquer utilidade no sustento de sua vida. Embora a Terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa. A esta ninguém tem direito algum além dele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos [...], são propriamente dele^{xxxvi}.

David Hume considera que as relações de *mercado* se dariam antes da construção da

concepção humana sobre propriedade. De modo que, a propriedade seria uma concepção criada pelo homem, apenas após a criação de concepção da justiça, com isso pelo fato que o homem nasce em sociedade, na teoria humeana. O homem vivendo dentro da sociedade onde cada indivíduo dentro desta, supriria as necessidades de outros como ele, formariam um tipo de *mercado*. Desta forma, os homens trocam sua força de trabalho, no intuito de auxiliar outros indivíduos dentro de sua sociedade, e o indivíduo que ao prestar auxílio a outros membros de sua sociedade, receberá auxílio de sua sociedade quando ele precisar. Ou troca sua força de trabalho para obter bens.

Desta maneira, observamos que o *mercado* para Hume nasce antes da concepção humana sobre a propriedade.

^{xvii} HUME, David. *Ensaio Político*. São Paulo: ed. Ibrasa, 1963 - pág. 28;

-
- xviii Idem, pág. 29;
xix Idem, págs. 30-31;
xx Ibidem, págs. 33-34;
xxi Ibidem, págs. 34-35;
xxii Ibidem, pág. 37;
xxiii Ibidem, pág. 24;
xxiv Ibidem, págs. 24-25;
xxv Ibidem, pág. 25;
xxvi Ibidem, págs. 43,44,46-47;
xxvii Ibidem, pág. 49;
xxviii Ibidem, págs. 39-40;
xxix Ibidem, pág. 100;
xxx Ibidem, pág. 127;
xxxi Ibidem, págs. 128-131;
xxxii Ibidem, pág. 134;
xxxiii Ibidem, pág. 135;
xxxiv Ibidem, pág. 36;
xxxv Ibidem, pág. 25;
xxxvi LOCKE. John. Dois Tratados sobre o Governo / John Locke; tradução Júlio Fischer. - São Paulo: Martins Fontes, 1998, - (Clássicos) págs. 406-407.

CAPÍTULO III

RICARDO

1. INTRODUÇÃO

David Ricardo escritor inglês, nascido em Londres em 18 de abril de 1772, filho de um afortunado comerciante holandês, teve seu nome reconhecido por ser um dos pais da ciência conhecida como Economia Política. Conhecido como sucessor de Adam Smith pela construção desta nova ciência, Ricardo escreveu sobre temas como a política monetária, teoria dos lucros, renda fundiária, teoria do valor e do comércio internacional, além de outros diversos assuntos relacionados à política econômica.

Nesse trabalho iremos analisar sua obra mais conhecida “Os Princípios de Economia Política e Tributação”, esta que é ao lado da “Riqueza das Nações” de Smith, “O Capital” de Marx, e da “Teoria Geral” de Keynes, uma das obras mais lidas da economia de todos os tempos. Analisaremos os conceitos ricardianos sobre trabalho, valor, salários, lucros, maquinaria e comércio em geral, para a descrição do que

seria o *mercado* para o autor, as principais funções e objetivos dessa relação social para os homens.

O *mercado* em seu surgimento, desenvolvimento, suas formas, e o estabelecimento desse na época contemporânea. Para que, ao final deste texto tenhamos compreendido com clareza o conceito de Ricardo sobre o *mercado*.

2. O VALOR DE UMA MERCADORIA

Iniciamos esse capítulo pela discussão que Ricardo faz sobre o valor, pois acreditamos que a compreensão do que o valor, de uma mercadoria, para o autor será o ponto chave para que compreendamos as trocas de produtos e serviços no ponto de vista ricardiano. Para Ricardo, o valor de uma mercadoria é dado pela utilidade que os homens atribuem a determinado produto e pelo trabalho investido nele:

Se um bem não fosse de um certo modo útil - em outras palavras, se não pudesse contribuir de alguma maneira para a nossa satisfação - , seria destituído de valor de troca, por mais escasso que pudesse ser, ou fosse qual fosse a quantidade de trabalho necessária para produzi-lo. Possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las^{xxxvii}

Como vimos, é essencial que um bem de consumo seja útil de alguma maneira para os homens, se um objeto não apresenta uma utilidade esse bem fica destituído de valor. Apesar da utilidade ter um caráter essencial para que um produto seja consumido, não é a utilidade que define o valor de troca, mas sim a

escassez de determinado produto e, principalmente, o trabalho investido nesse produto.

A água e o ar são extremamente úteis; são, de fato, indispensáveis à existência, embora, em circunstâncias normais, nada se possa obter em troca deles. O ouro, ao contrário, embora de pouca utilidade em comparação com o ar ou com a água, poderá ser trocado por uma grande quantidade de outros bens [...] Algumas mercadorias têm seu determinado somente pela escassez. Nenhum trabalho pode aumentar a quantidade de tais bens, e, portanto, seu valor não pode ser reduzido pelo aumento da oferta. Algumas estátuas e quadros famosos, livros e moedas raras, vinhos de qualidade peculiar, que só podem ser feitos com uvas cultivadas em terras especiais das quais existe uma quantidade muito limitada, são todos desta espécie. Seu valor é totalmente independente da quantidade de trabalho originalmente necessária para produzi-los, e oscila com a modificação da riqueza e das preferências daqueles que desejam possuí-los. Essas mercadorias, no entanto, são parte muito pequena da massa de artigos diariamente trocados no mercado. Sem dúvida, a maioria dos bens que são demandados é produzida pelo trabalho. E esses bens podem ser multiplicados não apenas num país, mas em vários, quase ilimitadamente, se estivermos dispostos a dedicar-lhes o trabalho necessário para obtê-los^{xxxviii}.

Para Ricardo, é o trabalho o principal elemento da relação de troca de um objeto por outro. É através da quantidade de trabalho investido para obter uma mercadoria que os produtos variam entre si, ou seja, um objeto vale mais ou menos que outro, pela maior ou menor dificuldade de ser adquirido. Quanto maior o

trabalho investido em determinado produto,
maior é o seu valor.

Que este é realmente o fundamento do valor de troca de todas as coisas, à exceção daquelas que não podem ser multiplicadas pela atividade humana, eis uma doutrina de extrema importância na Economia Política; pois de nenhuma outra fonte brotam tantos erros nem tanta diferença de opinião, nesta ciência, quanto das ideias confusas que estão associadas à palavra valor. Se a quantidade de trabalho contida nas mercadorias determina o seu valor de troca, todo acréscimo nessa quantidade de trabalho deve aumentar o valor da mercadoria sobre a qual ela foi aplicada, assim como toda diminuição deve reduzi-lo^{xxxix}.

David Ricardo acredita que, o trabalho seja a medida padrão de valor de todas as outras mercadorias. O autor, comenta que o trabalho não varia, o que varia é a quantidade de trabalho aplicado a determinado produto. Por exemplo, se eu aplico uma quantidade X de trabalho para a produção de uma meia, sendo X a quantidade real de trabalho, e assim o valor real dessa mercadoria. Se eu tiver que aplicar duas vezes mais trabalho para obtenção desta determinada mercadoria esta custará 2X, ou seja, duas vezes mais trabalho, aumentando, desta maneira, o valor real da mercadoria. Todavia, o trabalho permanece com o mesmo valor, continua com o

valor X, desta maneira o valor permanece inalterado:

é correto dizer, como dissera anteriormente Adam Smith, "que a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir diferentes objetos parece ser a única circunstância capaz de oferecer alguma regra para trocá-los uns pelos outro", ou, em outras palavras, que a quantidade comparativa de mercadorias que o trabalho produzirá é que determina o valor relativo delas, presente ou passado, e não as quantidades comparativas de mercadorias que são entregues ao trabalhador em troca de seu trabalho^{xl}.

No entanto, fica difícil para nós definirmos quanto vale o trabalho de uma determinada atividade. Ricardo ao comparar diferentes qualidades de trabalho, que seriam avaliadas de formas diferentes, seja pelo esforço, seja por qualquer outra faculdade que avalie as atividades, acredita que os homens em uma determinada época definiram estes valores, os quais não cabe a nós questionar, pois foram às leis do *mercado* dos homens que os definiu:

Ao referir-me, porém, ao trabalho como fundamento de todo o valor e quantidade relativa de trabalho como determinante quase exclusivo do valor relativo das mercadorias, não se deve supor que negligencio as diferentes qualidades de trabalho, numa atividade, com a mesma duração do trabalho em outra. A estimativa do valor de diferentes qualidades de trabalho se ajusta rapidamente no mercado, com suficiente precisão para todos os fins práticos, e depende muito da habilidade comparativa do trabalhador e da

intensidade do trabalho realizado. Uma vez constituída, essa escala fica sujeita a poucas variações. Se um dia de trabalho de um trabalhador comum, esta relação foi há muito tempo ajustada e colocada na devida posição da escala de valores^{xii}.

Ricardo analisa os outros diversos implementos que alteram o valor das mercadorias. Implementos como ferramentas, edifícios que contribuem para execução do trabalho, além da maquinaria e outros capitais investidos na produção. O autor sabe que, esses bens citados acima, interferem no valor das mercadorias porque neles também a trabalho:

Suponhamos que a arma necessária para matar o castor fosse produzida com muito mais trabalho que a arma necessária para matar o gamo, por causa da maior dificuldade de se aproximar do primeiro animal, e da conseqüente necessidade de uma arma mais precisa, um castor valeria naturalmente mais que dois gamos, justamente porque, no total, mais trabalho seria exigido para matá-lo. Ou imaginemos que a mesma quantidade de trabalho foi requerida para fabricar as duas armas, que teriam, no entanto, durabilidade muito diferente. Somente uma pequena parcela do valor do instrumento mais durável seria transferida para a mercadoria, enquanto uma porção muito maior do valor instrumento menos durável seria adicionada à mercadoria produzida com seu auxílio^{xiii}.

O economista, ainda trata da durabilidade dos capitais investidos, sendo os capitais fixos ou circulantes, esses capitais são classificados simplesmente pelo seu grau de duração:

Dependendo da rapidez com que pereça, e a frequência com que precise ser reproduzido, ou segundo a lentidão com que se consome, o capital é classificado como capital fixo ou circulante. Um fabricante de cerveja, cujas edificações e maquinaria têm grande valor e são duráveis, emprega uma grande parcela de capital fixo. Ao contrário, um sapateiro, cujo capital é principalmente empregado no pagamento de salários, que são gastos em alimentos e em roupas, mercadorias mais perecíveis que edifícios e maquinaria, utiliza uma grande proporção de seu capital circulante^{xliii}.

3. AS TROCAS: O PRINCÍPIO DO MERCADO RICARDIANO

Ricardo, como um bom seguidor de Adam Smith, segue a linha de pensamento do pai da economia, partindo do ideal de estágio primitivo que se refere Smith. As trocas para esses economistas são, antes de tudo, não somente trocas de mercadorias, mas sim, de trabalho investido nessas mercadorias. Falamos no capítulo anterior sobre o valor e todos os implementos que o alteram, para justamente definirmos as trocas que são feitas desde o estágio primitivo definido por Ricardo.

No estágio primitivo da sociedade humana, os homens trocavam os objetos simplesmente pelo valor real desses objetos, ou seja, trocavam seus produtos pelo trabalho investido nos produtos, vejamos o exemplo do autor:

Suponhamos que, nos estágios primitivos da sociedade, o arco e as flechas do caçador tivessem o mesmo valor e a mesma durabilidade que a canoa e os instrumentos do pescador, sendo

ambos produzidos com a mesma quantidade de trabalho. Em tais circunstâncias, o valor do gamo, produto de um dia de trabalho do caçador, seria exatamente igual ao valor do peixe capturado num dia de trabalho do pescador. O valor comparativo do peixe e da caça seria inteiramente regulado pela quantidade de trabalho destinado a cada um, independentemente da quantidade produzida, ou dos salários ou lucros altos ou baixos [...] Se, com a mesma quantidade de trabalho, se obtivesse menor quantidade de caça, o valor do peixe aumentaria em comparação ao da caça. Se, ao contrário, com a mesma quantidade de trabalho se conseguisse menor quantidade de caça ou maior de peixe, a caça se tornaria mais cara em comparação com peixe^{xlv}.

O *mercado* no estágio primitivo aparece de forma natural sem intermédios, sem taxas ou impostos, apenas feito por homens que tentam suprir suas necessidades, trocando serviços e produtos, sem o controle do Estado ou algum órgão que regulamente estas negociações. Consideramos que o *mercado* para Ricardo apresente-se de forma natural entre os homens que possuem propriedade, esta por ser privada possibilita o uso e abuso dessa, sem prestarem contas a ninguém, agindo em perfeita liberdade, fazendo seus próprios contratos, cada homem cuidando de seus próprios interesses. Desta maneira, o *mercado* para Ricardo é intrínseco a

natureza humana, uma relação natural existente desde os primórdios de nossa sociedade.

Ricardo comenta, ainda, sobre os lucros, salários e da quantidade dos bens que os homens poderiam produzir *estado de natureza*. Bem, o fato dos homens terem se utilizado do trabalho de outros homens ou ainda buscarem uma margem de lucros sobre os produtos que lhes pertence não alterariam o valor do produto no estágio primitivo da sociedade, isso se dá porque, os homens deveriam trocar seus produtos apenas pelo valor real de suas mercadorias independente até da quantidade de produtos que esses homens tenham sido produzidos, pois o *mercado* regularia esses valores, sem que obtenham mais do que aquilo que se suponha que seja o valor real das mercadorias.

4. PREÇO NATURAL E O DE MERCADO

Ricardo observa que o *mercado*, mais do que qualquer outro elemento, é um grande fator para o aumento e diminuição dos preços. Os desejos humanos em busca de determinada mercadoria fazem com que por ser muito procurada ou pouco requisitada, a mercadoria aumenta de valor ou diminui de valor:

Quando consideramos o trabalho o fundamento do valor das mercadorias, e a quantidade comparativa de trabalho necessária à sua produção a regra que determina as proporções em que os bens são trocados uns pelos outros, não se deve supor que negamos os desvios acidentais e temporários do preço corrente ou do preço de mercado das mercadorias em relação ao seu preço primário e natural.

No decurso normal dos acontecimentos, nenhuma mercadoria continua por longo período sendo oferecida exatamente no grau de abundância exigido pelas necessidades e pelos desejos humanos, e, portanto, nenhuma deixa de sofrer variações acidentais e temporárias de preço^{xlv}.

E é na busca de conseguir maiores lucros, que os capitalistas acabam pela transferência os seus capitais para as atividades de maior lucratividade, fazendo com que se alteram os preços. Todavia, a transferência de capitais não é uma coisa simples. Pelo menos para industriais

ou comerciantes que já vendem alguns produtos a um certo tempo.

A oferta e a procura de bens, então, atrapalha, também, a condição dos trabalhadores na produção de determinado bem. É necessário aprendizado para produção de um novo produto.

Quanto aumenta ou diminui de acordo com a procura de outros tipos de tecido, o produtor deste não transfere seu capital para o negócio da seda, mas demite alguns de seus operários e interrompe sua demanda por empréstimos de banqueiros e de homens endinheirados. Com o produtor da seda acontece o inverso: ele necessita empregar mais trabalhadores e, portanto, sua motivação para tomar empréstimos aumenta. Ele pede mais empréstimos e dessa forma o capital é transferido de um emprego para outro, sem que um fabricante necessariamente abandone sua ocupação habitual [...] Ao buscar um emprego lucrativo para seus recursos, um capitalista considerará naturalmente todas as vantagens que uma atividade pode oferecer relativamente a outra^{xvi}.

Porém Ricardo acredita que essa variação dos preços por causa do *mercado*, não duraria por muito tempo, pois o próprio *mercado* regularia o preço dessas mercadorias que por ordem natural do próprio *mercado* voltariam a possuir o seu preço real novamente. Para o autor o único fator que afetariam realmente o valor natural das mercadorias seria o aumento ou a diminuição do custo de produção:

Se a demanda de chapéus duplicasse, o preço aumentaria, mas tal elevação seria apenas temporária, ao menos que aumentasse o custo de produção de chapéus ou o seu preço natural. Se o preço do pão diminuísse 50% devido a uma grande descoberta da ciência agrícola, a demanda não aumentaria muito, pois ninguém desejaria mais do que o necessário para satisfazer suas necessidades, e, como a demanda não aumentaria, também não aumentaria a oferta [...] As mercadorias monopolizadas, quer por um indivíduo, quer por uma companhia, [...] barateiam na medida que do desejo que os compradores têm de comprar, o seu preço não mantém nenhuma relação necessária com seu valor natural. Mas o preço das mercadorias sujeitas à concorrência e cuja quantidade pode aumentar dentro dos limites moderados depende, em última análise, não da situação de demanda e oferta, mas do aumento ou redução do custo de produção³⁴.

5. OS SALÁRIOS E OS LUCROS

O trabalho, como todas as outras coisas que são compradas e vendidas e cuja quantidade pode ser aumentada e diminuída, tem seu preço natural e seu preço de mercado. O preço natural do trabalho é aquele necessário para permitir que os trabalhadores, em geral, subsistam e perpetuem sua descendência, sem aumento e diminuição. A capacidade que tem o trabalhador de sustentar a si e à sua família que pode ser necessária para conservar o número de trabalhadores não depende da quantidade de dinheiro que ele possa receber como salário, mas da quantidade de alimentos, gêneros de primeira necessidade e confortos materiais que, devido ao hábito, se tornaram para ele indispensáveis e que aquele dinheiro poderá comprar. O preço natural do trabalho, portanto, depende do preço dos alimentos, dos gêneros de primeira necessidade e das comodidades exigidas para sustentar o trabalho e sua família. Com uma queda no preço daqueles bens, cairá o preço natural do trabalho^{xlviii}.

O salário de um trabalhador consiste na sua subsistência, isto é, o salário de um trabalhador tem seu valor definido pela quantidade de alimentos e outros gêneros básicos necessários para seu sustento. O trabalho, porém, é visto como uma mercadoria para David Ricardo, e o salário seria o preço do trabalho como o trabalho é uma mercadoria está sujeita a lei de mercado. A oferta e a demanda também interferem nos preços pagos pelo trabalho:

O preço de mercado do trabalho é aquele realmente pago por este, como resultado da

interação natural das proporções entre a oferta e a demanda. O trabalho é caro quando escasso, e barato quando abundante. Por mais que o preço de mercado do trabalho possa desviar-se do seu preço natural, ele tende a igualar-se a este, como ocorre com as demais mercadorias^{xlix}.

Observemos como o autor analisa o *mercado* dos salários. Se há escassez de trabalho o seu valor aumenta, conseqüentemente, aumenta-se a qualidade de vida dos trabalhadores. Sendo o inverso quando há trabalho em excesso.

Os salários, todavia, não representam com clareza o valor do trabalho, simplesmente por seus valores estarem comandados pelo *mercado*. Os salários possuem o valor real do trabalho de um trabalhador, quando este satisfaz as necessidades básicas para a vida do trabalhador. Ricardo acredita ainda, que, apenas com a alteração no valor real do trabalho é que há alteração nos preços das mercadorias de primeira necessidade (alimentos). O contrário também é verdadeiro, com o aumento dos valores naturais dos produtos agrícolas também cresce o valor natural do trabalho. Os bens de primeira

necessidade têm uma relação diretamente proporcional com o valor do trabalho.

Com o desenvolvimento da sociedade, o preço natural do trabalho tende sempre a crescer, pois uma das principais mercadorias que regula o seu preço natural tende a tornar-se mais cara, devido à crescente dificuldade de sua produção. Como, entretanto, os aperfeiçoamentos na agricultura e a descoberta de novos mercados de onde os gêneros de primeira necessidade podem ser importados conseguem conter temporariamente a tendência altista desses últimos e inclusive fazer baixar seu preço natural, assim também as mesmas causas produzirão os efeitos correspondentes no preço natural do trabalho¹.

Ainda, o autor comenta que mesmo o valor natural do trabalho pode variar de um país para o outro ou mais, pode variar dentro de um mesmo país em épocas diferentes. Isso se dá pelo fato de que as necessidades básicas dos trabalhadores se alteram ao longo do tempo, além disto, as necessidades básicas em um país é bem diferente que em outro, num país rico as necessidades básicas de um trabalhador são bem maiores que um trabalhador de um país pobre:

Pelo constante barateamento das mercadorias manufaturadas e permanente encarecimento dos produtos agrícolas, surge com o desenvolvimento da sociedade - a longo prazo - tal desproporção entre seus valores relativos que, nos países ricos, o trabalhador consegue atender generosamente a todas as demais necessidades sacrificando apenas uma pequena parte de sua alimentação.

Independentemente das variações no valor do dinheiro, que necessariamente afetam os salários monetários - mas que não levamos em consideração, já admitimos que um valor constante para o dinheiro -, concluí-se que os salários aumentam ou diminuem por duas causas:

- 1) a oferta e a demanda de trabalhadores;
- 2) o preço das mercadorias nas quais os salários são gastos^{li}.

Ricardo considera que os salários são os reguladores naturais dos lucros, pois os preços das mercadorias são dados pelo mercado, os investidores assim, não podem aumentar o preço de seus produtos arbitrariamente. Se os preços forem acima dos preços cobrados pelo mercado, os capitalistas não conseguiram venda de seus produtos. Desta maneira, com o aumento dos salários os lucros dos capitalistas diminuiriam, pois eles não aumentariam o preço das mercadorias somente pelo aumento dos salários, assim para continuar a venda de seus produtos os capitalistas teriam que assumir o prejuízo dos aumentos de salário:

os lucros do capital, em diferentes atividades, são proporcionais entre si e tendem a variar no mesmo grau e no mesmo sentido, resta considerar qual a causa das permanentes variações permanentes na taxa de juros... o preço das mercadorias aumenta ou diminui, na medida em que mais ou menos trabalho é necessário para sua produção (...). O valor total de suas mercadorias é dividido apenas em duas

porções: os lucros do capital e os salários do trabalho.

Se o trigo e os produtos manufaturados fossem vendidos sempre pelos mesmos preços, os lucros seriam altos ou baixos, na medida em que fossem altos ou baixos os salários. Mas, embora o preço do trigo aumente quando mais trabalho for necessário para produzi-lo, essa causa não elevará o preço dos artigos manufaturados cuja a produção não exigiu maior quantidade de trabalho. Se, portanto, os salários permanecerem os mesmos, os lucros dos fabricantes também não se alterarão. Se, no entanto, como é absolutamente certo, os salários aumentarem com o aumento do trigo, então os lucros necessariamente diminuirãoⁱⁱⁱ.

Ricardo compreende com clareza que, o lucro dos donos dos meios de produção consiste na compra de trabalho barato. Quanto menor puder ser os salários dos trabalhadores, maiores serão os lucros dos empresários. Todavia, o autor ainda não faz uma sistematização dessa exploração feita sobre o trabalho como sugere Karl Marx. Para nosso economista o trabalho é uma mercadoria que como qualquer outra se possa pagar um preço justo, não havendo assim uma “exploração da classe trabalhadora”.

No entanto, o autor observa o futuro dos trabalhadores sendo bastante promissor, pois o autor acredita que os aumentos tendem a aumentar seus valores pela maior dificuldade de

serem produzidos ao longo do tempo, como sugere a teoria de Malthus¹. Desta forma, o escritor acredita que os salários tendem a aumentar naturalmente. Como já vimos, os salários aumentam com o aumento dos alimentos e produtos de primeira necessidade. Mas, os produtos manufaturados tendem a ficar mais barato com a modernização. Assim fica mais viável a vida dos trabalhadores, aumentando o seu poder de compra e aumentando a riqueza dos trabalhadores:

Observa-se, pois. que a mesma causa que eleva a renda, isto é, a crescente dificuldade de prover uma quantidade adicional de alimentos coma mesma quantidade proporcional de trabalho, também elevará os salários. Portanto, se o dinheiro tiver um valor invariável, a renda e os salários tenderão a aumentar com o progresso da riqueza e da população¹ⁱⁱⁱ.

Em vista da melhor condição de vida dos trabalhadores, Ricardo analisa com pesar o futuro dos homens de negócio, pois acredita o autor que a tendência da taxa de lucros tende a queda continuamente:

¹ MALTHUS, Thomas Robert. Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua aplicação prática; Ensaio sobre a população / Thomas Robert Malthus. Notas aos princípios de economia política de Malthus / David Ricardo; apresentação de Emame Galvêas; tradução de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antônio Alves Cury - 2 ed. - São Paulo: Nova Cultural 1986. (Os economistas).

A tendência natural dos lucros, portanto, é diminuir, pois, com o desenvolvimento da sociedade e da riqueza, a quantidade adicional de alimentos requerida se obtém com o sacrifício de mais e mais trabalho. Essa tendência, como se os lucros obedecessem à lei da gravidade, é felizmente contida, a intervalos que se repetem, pelos aperfeiçoamentos das maquinarias usadas na produção dos gêneros de primeira necessidade, assim como pelas descobertas da ciência da agricultura, que nos permitem prescindir de uma parcela do trabalho necessário, é, portanto, reduzir para o trabalhador o preço daqueles bens. O aumento do preço de tais bens e dos salários é entretanto limitado, pois quando os salários [...] equivalessem as receitas totais do arrendatário, a acumulação terminaria, uma vez que nenhum capital obteria lucro, não haveria nenhuma demanda adicional de trabalho e, conseqüentemente, a população teria atingido seu ponto mais elevado. De fato, bem antes dessa fase, a baixíssima taxa de lucros teria detido toda a acumulação, e quase todo produto do país, após o pagamento dos trabalhadores, pertenceria aos proprietários de terra e aos cobradores de dízimos e impostos^{liv}.

O capital também aumentará o bem estar da vida dos trabalhadores que viverem nos países onde ele estiver mais acumulado. Como já observamos, os trabalhadores que habitarem os países mais ricos terão uma demanda maior de necessidades básicas, assim terão uma melhor condição de vida.

Enquanto aos lucros, volto a insistir que Ricardo considera que apenas com a diminuição dos salários que pode haver um aumento nos lucros, o autor dispensa todas as outras formas

consideradas de diminuição de custos. A taxa de lucros nunca é aumentada pelo implemento de maquinaria, distribuição de trabalho ou melhorias em geral, pois isso só beneficia os consumidores, pois fazem com que os preços caíam.

A taxa de lucro jamais é aumentada pela melhor distribuição do trabalho, pela invenção de máquinas, pela construção de estradas, e de canais ou por quaisquer outros meios de poupar trabalho, tanto na manufatura quanto no transporte de mercadorias. Essas causas influem no preço e jamais deixam de beneficiar os consumidores, pois permitem que, com o mesmo trabalho ou com o mesmo valor do produto do mesmo trabalho, se obtenha em troca maior quantidade de mercadorias às quais se aplica o melhoramento. No entanto, não terá qualquer efeito sobre o lucro. Por outro lado, toda redução nos salários aumenta os lucros, mas não produz nenhum efeito no preço das mercadorias^{iv}.

6. VALOR E RIQUEZA

o valor difere essencialmente da riqueza porque depende não da abundância, mas da facilidade ou dificuldade da produção. O trabalho de um milhão de homens nas manufaturas produzirá sempre a mesma riqueza. Com a invenção de máquinas, o aperfeiçoamentos da habilidade manual, a melhor divisão do trabalho, ou a descoberta de novos mercados onde possam ser feitas trocas mais vantajosas, um milhão de homens pode produzir, em dada situação da sociedade, o dobro ou triplo da quantidade de riquezas e do que é "necessário, útil e agradável" do que eles produziram em outras circunstâncias. Mas nada acrescentariam por essa causa de valor, pois tudo aumenta ou diminui de valor em proporção à facilidade ou dificuldade de sua produção, ou, em outras palavras, em proporção à quantidade de trabalho empregada em sua produção^{lvi}.

O valor das mercadorias por Ricardo é composto de três fatores: utilidade (demanda), trabalho e escassez. No entanto, temos o trabalho como o principal componente de valor numa mercadoria sendo o principal fator de variação do valor de um determinado produto:

Um indivíduo é rico ou pobre conforme a quantidade de gêneros de primeira necessidade e de luxo de que pode dispor. E, independentemente do valor de troca mais elevado ou mais reduzido desses produtos em termos de dinheiro, trigo ou trabalho, eles contribuirão igualmente para a satisfação de seu possuidor. Mas, se Adam Smith tiver razão e se a riqueza consiste em gêneros de primeira necessidade e em produtos de luxo. ela não poderá aumentar por uma redução da quantidade destes últimos^{lvii}.

A riqueza, então, será definida pelo escritor, pela quantidade de bens que um

indivíduo desfrutaria, tanto bens considerados de alto ou baixo valor, é medida pela quantidade de bens de consumo que esse adquira, ou seja, um homem é rico ou pobre pelo acesso que esse tem em relação ao consumo de bens. O valor, no entanto, como já observamos, é o valor de determinado bem medido pela escassez desse produto e pelo trabalho nele investido.

Entretanto, o valor e a riqueza, ora aparecem de forma proporcional, ora inversamente proporcional. A medida que fica mais fácil a produção de determinada mercadoria, menor é o valor desta mercadoria porque ela existe em maior quantidade e apresentando, assim, menor dificuldade para se adquirida. Todavia, com a diminuição do valor desta mercadoria aumenta a riqueza dos homens, pois agora os homens podem possuir mais desta mercadoria, assim aumentando sua riqueza.

De outro modo, com o aumento do valor de determinado produto um indivíduo aumentará sua riqueza. “Se a água se tornasse escassa, diz

Lord Lauderdale, e fosse propriedade exclusiva de um indivíduo, a sua riqueza aumentaria, pois a água teria valor; e se a riqueza fosse a soma das riquezas individuais, a riqueza global aumentaria por causa disso^{lviii}.

No entanto a riqueza permanece sempre inversamente proporcional ao valor, quando se trata da humanidade;

A riqueza desse indivíduo, sem dúvida alguma, aumentaria, mas na medida em que o arrendatário devesse vender uma parte de seu trigo, o sapateiro uma parte de sua produção de sapatos, e todos os indivíduos entregassem uma parte de suas propriedades com o mero propósito de suprir-se de água (produto que antes eles obtinham de graça), ficarão mais pobres na medida exata das mercadorias que são obrigados a entregar com essa finalidade, e o proprietário da água será beneficiado exatamente pelo montante de suas perdas. A mesma quantidade de mercadorias continuarão sendo consumidas pela sociedade, mas serão distribuídas de forma diferente. Isso, no entanto, supondo a existência de um monopólio da água e não sua escassez. Se ela fosse escassa, a riqueza de um país e dos indivíduos seria então efetivamente reduzida, na medida em que seria perdido um de seus meios de satisfação. O arrendatário não somente teria menos trigo para trocar por outras mercadorias que lhe fossem necessárias ou desejáveis, mas, como todos os demais indivíduos, sofreria uma redução na satisfação de um dos produtos mais essenciais para o seu conforto. Não somente ocorreria uma distribuição diferente da riqueza, mas uma perda real de riqueza^{lix}.

Para Ricardo a riqueza do mundo está, após a introdução das máquinas, aumentando a cada dia pela facilidade da produção, aos poucos

todos vão tendo acesso aos bens de consumo que se tornam cada vez mais fácil de serem produzidos. Com isso, a uma melhora na vida do homem:

De tudo o que foi dito resulta que a riqueza de um país pode ser aumentada de duas maneiras: pela utilização de uma parte maior dos rendimentos na manutenção do trabalho produtivo, o que não aumentará somente a quantidade como o valor do volume total de mercadorias; ou, sem empregar nenhuma quantidade adicional de trabalho, fazendo com que a mesma quantidade seja mais produtiva - o que contribuirá para a abundância, mas não para aumentar o valor das mercadorias^{1x}.

7. SOBRE O COMÉRCIO E O COMÉRCIO EXTERIOR

Ricardo, como um bom liberalista, acredita que num sistema comercial totalmente livre, cada país lucraria se aperfeiçoando naquilo que sabe melhor produzir, ou melhor, buscaria o aperfeiçoamento da produção dos produtos que já produzisse com maior habilidade do que em outros países. Desta maneira a humanidade sairia em vantagem, pois o trabalho numa produção especializada diminuiria. Diminuindo o trabalho na produção diminuiria o valor das mercadorias que poderiam ser fabricadas em maior quantidade e qualidade. Com o aumento da quantidade das mercadorias aumentaria a riqueza da população mundial em geral:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribuiu-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços

comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra^{lxi}.

Porém, como já observamos, o valor do trabalho varia de um país para o outro e ainda uma produção exige mais trabalho que outra produção. Mas apesar dessas diferenças Ricardo, ainda acredita, que os preços do vinho e dos tecidos aumentarão na Inglaterra e ambos se tornarão mais baratos em Portugal. Se o preço dos tecidos fosse 45 libras num país e 50 libras em outro, provavelmente diminuiria para 49 ou 48 libras em Portugal, e aumentaria para 45 ou 47 libras na Inglaterra, não permitindo um lucro suficientemente alto, após o pagamento do prêmio da letra, para estimular o negociante a importação daquela mercadoria^{lxii}.

Em Portugal, a produção de vinho pode requerer somente o trabalho de 80 homens por ano, enquanto a fabricação de tecido necessita do emprego de 90 homens durante o mesmo tempo. Será portanto vantajoso para Portugal exportar vinho em troca de tecidos. Essa troca pode ocorrer mesmo que a mercadoria importada pelos portugueses fosse produzida em seu país com menor quantidade de trabalho que na Inglaterra. Embora Portugal pudesse fabricar tecidos com o trabalho de 90 homens, deveria ainda assim importa-los de um país onde fosse necessário o

emprego de 100 homens, porque lhe seria mais vantajoso aplicar seu capital na produção de vinho, pelo qual poderia obter mais tecido da Inglaterra do que se desviasse parte de seu capital do cultivo da uva para a manufatura daquele produto.

Então a Inglaterra entregaria o produto do trabalho de 100 homens em troca do produto do trabalho de 80. Tal troca não poderia ocorrer entre os indivíduos de um mesmo país. O trabalho de 100 ingleses não pode ser trocado pelo de 80 ingleses, mas o produto do trabalho de 100 ingleses pode ser trocado pelo de 80 portugueses, 60 russos ou 120 indianos. A diferença entre um país e os demais, nesse aspecto pode ser facilmente explicada pela dificuldade com que o capital se transfere de um país para outro em busca de aplicação mais lucrativa e pela facilidade com que invariavelmente se muda de uma para outra região no mesmo país^{lxiii}.

Ricardo comenta que o livre comércio entre as nações seria benéfico para toda humanidade, pois seria sempre o menor preço que prevaleceria nas trocas. Porém o autor sabe que nas trocas comerciais de um país para o outro, um país pode acumular mais que outro. Todavia não seria vantajoso para nenhum dos dois países que isso ocorresse. “Parece, portanto, que o progresso numa indústria de um país tende a alterar a distribuição dos metais preciosos entre as nações do mundo: tende a aumentar a quantidade de mercadorias, aumentando, ao mesmo tempo, os preços no país em que ocorreu o avanço^{lxiv}”.

A acumulação de dinheiro de um país torna os produtos desse mais caros do que em países com menos dinheiro. As alterações monetárias, como a moeda de um determinado país tende a se desvalorizar perante a outra.

Não só pelo comércio exterior, mas para todo tipo de comércio é que Ricardo acredita que o objetivo do comércio é aumentar a produção para aumentar assim as riquezas da humanidade:

se essas transações se realizassem entre indivíduos, em diferentes regiões de um mesmo país, os indivíduos e o país, por intermédio deles, teriam as mesmas vantagens, se os compradores tivessem liberdade na escolha das mercadorias utilizadas como pagamento, e sofreriam os mesmos prejuízos se o Governo os obrigasse a saldar seus compromissos com as mercadorias que oferecessem menor vantagem. Se um fabricante pudesse produzir com o mesmo capital maior quantidade de ferro onde existe carvão em abundância do que produziria onde o carvão é escasso, o país somente teria a ganhar com a diferença. Mas, se em lugar algum o carvão existisse em abundância e o ferro fosse importado, obtendo-se essa quantidade adicional pela produção de uma mercadoria na qual se empregou a mesma quantidade de capital e trabalho, o país também se enriqueceria com essa quantidade adicional de ferro^{bv}.

Ricardo na discussão sobre o comércio, faz uma ressalva sobre o comércio colonial. Segundo a visão de Smith sobre este tipo comercial. “O monopólio do comercio colonial,

[...], como todos os outros expedientes perversos e prejudiciais do sistema mercantilista, deprime a indústria de todos os outros países, mas especialmente das colônias, não estimulando em nada, pelo contrário, prejudicando a indústria dos países em favor dos quais o monopólio foi estabelecido”^{lxvi}.

O economista considera que os comércios de importação e exportação podem beneficiar bastante os capitalistas de um país, pois pode se diminuir os salários dos trabalhadores à medida que diminui o valor das mercadorias de consumo dos trabalhadores.

Tenho tentado mostrar, ao longo desta obra, que a taxa de lucros só pode se elevar por uma redução dos salários, e que estes só podem cair permanentemente em consequência de uma queda do preço dos géneros de primeira necessidade, nos quais os salários são gastos. Se, portanto, por uma ampliação do comércio exterior, ou devido a melhoramentos na maquinaria, os alimentos e os bens necessários ao trabalhador puderem chegar ao mercado com preços reduzidos, os lucros aumentarão. Se, em vez de cultivar nosso próprio trigo ou de fabricar as roupas e outros produtos necessários ao trabalhador, descobrirmos um novo mercado do qual possamos abastecer-nos de todas essas mercadorias a um preço mais baixo, os salários diminuirão e os lucros aumentarão. Mas se as mercadorias obtidas a um preço mais baixo pela ampliação do comércio exterior ou pelos aperfeiçoamentos da maquinaria, forem artigos consumidos exclusivamente pelos ricos, nenhuma alteração ocorrerá na taxa de lucro. A

taxa de salários não seria afetada mesmo que o vinho, o veludo, a seda e outras mercadorias muito caras diminuíssem 50%, e, conseqüentemente, os lucros permaneceriam inalterados^{hoi}.

8. CONSIDERAÇÕES SOBRE BANCOS. MOEDAS, IMPOSTOS E A CRISE DE SUPERPRODUÇÃO

Faremos agora nossas primeiras considerações sobre os impostos. Para Ricardo os impostos têm um papel fundamental para a manutenção do Estado. Mas o Estado deve cobrar de seus súditos o valor mínimo de impostos possíveis. O autor considera que os impostos cobrados além do necessário previsto pela quantidade da produção, aumentam-se os preços e diminuem a riqueza da população:

Os impostos são a parte do produto da terra e do trabalho de um país colocada à disposição do Governo e, em última análise, sempre pagos pelo capital ou pelo rendimento do país^{lxviii}.

O desejo que todo homem tem de manter sua posição social e conservar sua riqueza no nível mais elevado faz com que a maioria dos impostos seja paga com os rendimentos, quer sejam lançados sobre o capital quer sobre a renda. Portanto, à medida que aumentam os impostos ou cresçam as despesas governamentais, os desfrutos anuais da população devem diminuir, a menos que seja possível aumentar o capital e o rendimento na mesma proporção. A política governamental deve encorajar essa atitude da população e nunca lançar impostos que inevitavelmente atinjam o capital, pois, se isso acontecer, o fundo de manutenção do trabalho será enfraquecido, e em consequência a produção futura do país diminuirá^{lxix}.

Sobre a Moeda e os Bancos farei apenas uma breve apresentação, pois o próprio Ricardo não faz grandes considerações sobre este assunto. O autor comenta que o problema sobre a moeda e os bancos já foi bastante discutido e, por isso, explicita a lei que ele considera como básica para a compreensão deste assunto.

É um dos pontos mais importantes na teoria ricardiana, o ouro como o padrão de valor real para o papel moeda:

Depois do estabelecimento dos bancos, o Estado deixou de ter o poder exclusivo de cunhar ou emitir moeda. O numerário tanto pode aumentar com papel-moeda como com moeda metálica. Assim, se o Estado quisesse desvalorizar a sua moeda e limitar a sua quantidade, não poderia sustentar o seu valor porque os bancos teriam o mesmo poder que o estado de aumentar a quantidade de dinheiro em circulação. De acordo com esses princípios se conclui que não é necessário que o papel-moeda seja pagável em espécie para garantir o seu valor, basta que a sua quantidade seja regulada de acordo com o valor do metal adotado como padrão monetário. Se o padrão fosse o ouro de determinado peso e pureza, a quantidade de papel-moeda poderia ser aumentada sempre que o valor do ouro diminuísse, ou, o que é a mesma coisa, quanto a seus efeitos, sempre que o preço dos produtos aumentasse^{18x}.

Essa teoria de Ricardo foi bem utilizada, pois o padrão ouro serviu de base para as

economias monetárias européias até a Primeira Guerra Mundial.

Estou agora abrindo um parêntese nesta dissertação para um assunto que me chamou bastante atenção ao ler a obra desse magnífico autor. Ricardo parece prever uma possível crise de superprodução:

Existe apenas um caso, e mesmo assim temporário, no qual a acumulação de capital, acompanhada por baixos preços dos alimentos., pode ser seguida por uma diminuição dos lucros; esse caso se verifica quando o fundo para a manutenção do trabalho aumenta muito mais rapidamente do que a população. Nesse caso, os salários serão elevados e os lucros reduzidos. Se todos renunciassem ao uso de artigos de luxo e buscassem somente a acumulação, poderia ser produzida uma quantidade de gêneros de primeira necessidade para os quais não haveria um consumo imediato. Poderia haver, sem dúvida, uma superabundância generalizada de um número limitado de mercadorias e, portanto, poderia não existir demanda para uma quantidade adicional dessas mercadorias nem lucros para o emprego de capital adicional. Se os indivíduos deixassem de consumir, deixariam também de produzir. Admitir esse fato não significa impugnar o princípio geral. Num país como a Inglaterra, por exemplo, é difícil supor a existência de qualquer intenção de destinar todo o capital e o trabalho do país somente para a produção de gêneros de primeira necessidade^{lxxi}.

No entanto, o autor considera que essa crise de superabundância de gêneros não dure por muito tempo, pois os capitais seriam direcionados automaticamente para outras atividades com menor procura. Todavia o escritor ainda não

consegue enxergar nossa experiência de superprodução, esta que inviabiliza o escoamento do capital pela superabundância de vários gêneros, como ocorreu na crise de 1929 nos Estados Unidos.

xxxvii RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Tradução: Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996 - Págs. 23 e 24;

xxxviii Idem págs. 23 e 24;

xxxix Ibidem, pág. 25;

xl Ibidem, pág. 27;

xli Ibidem, pág. 29;

xlii Ibidem, págs. 30 e 31;

xliii Ibidem, pág. 36;

xliv Ibidem, pág. 33;

xlv Ibidem, pág. 63;

xlvi Ibidem, págs. 63 e 64;

xlvii Ibidem, págs. 285;

xlviii Ibidem, pág. 67;

xlix Ibidem, págs. 67 e 68;

l Ibidem, pág. 67;

li Ibidem, págs. 69 e 70;

lii Ibidem, pág. 79.

liii Ibidem, pág. 72;

liv Ibidem, págs. 86 e 87;

lv Ibidem, pág. 96;

lvi Ibidem, pág. 200;

lvii Ibidem, pág. 201;

lviii Ibidem, pág. 201;

lix Ibidem, págs. 201 e 202;

l Ibidem, pág. 203;

lxi Ibidem, pág. 97;

lxii Ibidem, pág. 101 e 102;

lxiii Ibidem, pág. 98;

lxiv Ibidem, págs. 101 e 102;

lxv Ibidem, pág. 232;

lxvi Ibidem, pág. 247;

lxvii Ibidem, pág. 96;

lxviii Ibidem, pág. 110;

lxix Ibidem, pág. 111;

lxx Ibidem, pág. 260;

lxxi Ibidem, págs. 211 e 212;

CAPÍTULO IV

ADAM SMITH

1- INTRODUÇÃO

Escritor escocês nascido em Kirkcaldy, Fifehire, em 1723, filho de uma família de alta classe não nobre da época. Adam Smith não chegou a conhecer seu pai, Adam Smith, alto funcionário público que chegou a assumir cargos importantes da administração escocesa. Enquanto sua mãe Margareth Smith nutria grandes laços de afetividade até o final da vida desta, falecida apenas dois anos antes de sua morte.

Em 1737 Smith começa sua formação acadêmica em Glasgow, e em 1740 vai para Oxford aceitando uma bolsa de estudos em Balliol College para completar seus estudos.

Quando em 1751 é convidado para assumir o cargo de professor da cadeira de Lógica e mais tarde da cadeira de Filosofia Moral da Universidade Glasgow. A partir daí o grande renome que Smith passa a ter, junto à elite intelectual escocesa, onde o grande contato com

intelectuais políticos e economistas ajudaram o autor a escrever suas obras.

Em 1759 Smith publica sua primeira grande obra da "Teoria dos Ensinamentos Morais", iniciando assim uma série de artigos e obras sobre filosofia, política e economia até a conclusão de sua principal obra a riqueza das Nações que para muitos é considerada a Bíblia da economia. Publicada em 1777 esta obra aborda diversos pontos da economia política, como a divisão do trabalho os juros, lucros, moeda, crítica ao governo, entre outros diversos temas.

Após a publicação da Riqueza das Nações, Smith retorna a sua terra natal Kirkcaldy, onde é nomeado para um alto cargo da administração aduaneira escocesa, então muda-se para Edimburgo com sua mãe. Em 1787 é nomeado Reitor da Universidade de Glasgom cargo que ocupa por dois anos. Por fim, Smith retorna a Edimburgo onde adoece e vem a falecer, em 17 de julho de 1790, aos 66 anos de idade.

Neste capítulo iremos pesquisar o ponto de vista de Smith sobre o mercado, analisando sua principal obra a Riqueza das Nações. Ao término da análise desta obra pretendemos demonstrar o que pensa o autor sobre a criação, formação e a manutenção do mercado em sua época. Assim incrementando nosso trabalho com mais a opinião deste grande autor da economia para nosso objetivo de desvendar os mistérios desta relação social humana, o mercado.

2. MERCADO E A DIVISÃO DO TRABALHO

Para iniciarmos a discussão sobre o *mercado* no ponto de vista de Adam Smith, torna-se tão somente necessário que compreendamos a análise que o autor faz sobre a divisão do trabalho. Esta que surge pela necessidade humana de fazer trocas:

Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral à qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela ^{outra}

A troca para o autor é um instinto natural vivo em cada homem, uma consequência necessária assim como falar ou raciocinar, presente somente na espécie humana, o que nos faz entre outras habilidades diferentes dos outros animais “essa propensão é simplesmente um dos princípios originais da natureza humana, sobre o qual nada mais restaria a dizer, ou se - como parece mais provável - é uma consequência

necessária das faculdades de raciocinar e falar^{»lxxiii}.

Além disso, Smith, assim como David Hume enxerga o homem como um ser dependente de sua sociedade tornando-se impossível viver fora desta.”O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes...^{»lxxiv}.

O autor continua sua dissertação dizendo que há um interesse próprio nos indivíduos na divisão do trabalho dentro da sociedade, depois cada um dos homens possui em sua pessoa talentos diferenciados entre si, isto é, um homem planta melhor que outro, que colhe melhor que este, que produz uma peça melhor que aquele.

Para o escritor a divisão do trabalho se dá também por talento, hábitos e costumes. O que faz com que cada homem tenha habilidades que os outros não têm, a diferença de habilidades é útil ao homem, pois cada um pode comprar qualquer parcela da produção dos talentos de outros de acordo com a necessidade de cada um.

a grande diferença de habilidade que distingue entre si pessoas de diferentes profissões, quando chegam à maturidade, em muitos casos não é tanto a causa, mas antes o efeito da divisão do trabalho. A diferença entre as personalidades mais diferentes, entre um filósofo e um carregador comum da rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação, as produções diferentes dos respectivos talentos e habilidades, em virtude da capacidade e propensão geral ao intercâmbio, ao escambo e à troca, são como que somados em um cabedal comum, no qual cada um pode comprar qualquer parcela da produção dos talentos dos outros, de acordo com suas necessidades^{lxxv}.

Continuando sua análise, Smith descreve ainda que, o grande responsável pelo aumento das forças produtivas seria a divisão do trabalho. Quanto maior a especialização na produção, melhor será o produto e maior será sua produção “O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso som os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho”^{lxxvi}.

O autor ainda analisa que a divisão do trabalho é limitada pelo mercado:

Como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder, ou, em outros termos, pela extensão do mercado. Quando o mercado é muito reduzido, ninguém

pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade^{lxxxvii}.

Seguindo a lógica da citação acima, quanto maior for o número de pessoas reunidas dentro de uma sociedade maior será a divisão do trabalho, pois maior será o mercado como também maior será a produção de produtos diversos.

Adam Smith observa no III capítulo do primeiro Livro da Riqueza das Nações que o comércio entre as nações contribui para o progresso e o crescimento econômico, cultural e tecnológico de todas elas. O comércio para Smith aparece como um elo de comunicação entre os povos que, apesar de possuírem certas necessidades muitas vezes diferentes daquelas que possuem seus vizinhos, conseguem encontrar produtos produzidos por outros povos que suprem a necessidade de determinada sociedade. O *mercado* assim atuando como um elo pacífico unificando sociedades diversas.

Além disso, o comércio entre os diversos povos faz com que se aumente o *mercado* para determinados produtos, aumentando-se o mercado como já vimos aumenta-se a divisão do trabalho entre as nações, pois uma nação pode produzir um produto melhor ou inexistente que outra nação, esta, por sua vez, produz alguns produtos melhores ou inexistentes que a primeira nação. Assim as duas nações podem e devem fazer trocas para suprir sua falta de determinadas mercadorias.

Ao passo que cresce a divisão do trabalho vai se tornando mais difícil o trabalho individual, o homem passa a viver da troca de trabalho com outros homens.

Uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho, é muito reduzida a parcela de necessidades humanas que pode ser atendida pela produção individual do próprio trabalhador. A grande maioria de suas necessidades, ele a satisfaz permutando aquela parcela do produto de seu trabalho que ultrapassa o seu próprio consumo, por aquelas parcelas da produção alheia de que tiver necessidade. Assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tomando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial^{lxvii}.

3. O SURGIMENTO DO DINHEIRO E O VALOR

Neste segundo capítulo iremos analisar a origem e o uso do dinheiro sob o ponto de vista da teoria smithiana.

O autor começa sua discussão sobre a origem e a criação da moeda a partir do exemplo dos antigos, uma vez que em tempos remotos na Grécia de Homero, na Índia, entre outros, onde não havia o uso do dinheiro, os homens utilizavam outros produtos que não o ouro, a prata ou papel moeda para utilizarem como medidas de valor, como, por exemplo, mercadorias como o boi, o açúcar, o fumo, etc...

Todavia Smith observa que os homens passam a utilizar os metais como medida de valores por sua praticidade:

em todos os países as pessoas acabaram sendo levadas por motivos irresistíveis a atribuir essa função de instrumento de troca preferivelmente aos metais, acima de qualquer outra mercadoria. Os metais apresentam a vantagem de poderem ser conservados, sem perder valor, com a mesma facilidade que qualquer outra mercadoria, por ser difícil encontrar outra que seja menos perecível; não somente isso, mas podem ser divididos, sem perda alguma, em qualquer número de partes, já que eventuais fragmentos perdidos podem ser

novamente recuperados pela fusão - uma característica que nenhuma outra mercadoria de durabilidade igual possui, e que, mais do que qualquer outra, torna os metais aptos como instrumentos para o comércio e a circulação^{lxxxix}.

No entanto, o uso de metais poderia também trazer alguns inconvenientes como a pesagem e a autenticidade ou qualidade do metal. Por isso, o autor demonstra que os homens criam instituições que garantam o valor de determinada moeda, evitando os abusos de fraudadores.

antes de se instituir a moeda cunhada, as pessoas que não se submetessem a essa operação difícil e tediosa estavam expostas às fraudes e imposições mais penosas, pois em vez de libra-peso de prata pura ou de cobre puro, estavam sujeitas a receber pelas suas mercadorias uma composição adulterada dos materiais mais ordinários e baratos, os quais, porém, em sua aparência se assemelhavam à prata ou ao cobre. Para evitar tais abusos, para facilitar as trocas e assim estimular todos os tipos de indústria e comércio, considerou-se necessário, em todos os países que conheceram um progresso notável, fazer uma gravação oficial naquelas determinadas quantidades de metal que se usavam comumente para comprar mercadorias^{lxxx}.

Agora passaremos para a discussão do valor das mercadorias. O que definiria realmente o valor de uma mercadoria. Quais as normas que naturalmente as pessoas observam ao trocar suas mercadorias pelas de outro. Adam Smith analisa

estes aspectos e subdivide o valor em dois, o valor de uso e o valor de troca.

As coisas que têm o mais alto valor de uso frequentemente têm pouco ou nenhum valor de troca; vice-versa, os bens que têm o mais alto valor de troca muitas vezes têm pouco ou nenhum valor de uso. Nada é mais útil que a água, e, no entanto, dificilmente se comprará alguma coisa com ela, ou seja, dificilmente se conseguirá trocar água por alguma outra coisa. Ao contrário, um diamante dificilmente possui algum valor de uso, mas por ele se pode, muitas vezes, trocar uma quantidade muito grande de outros bens^{lxxxii}.

Toda mercadoria precisa possuir certo valor de uso por quem a adquire, por exemplo, apesar de um diamante apresentar baixo valor de uso para o homem a pessoas que o adquire acaba por possuí-lo por sua beleza, por seu alto valor de troca, ao menos por um status dentro das sociedades que o valorizam por ser um metal caro e raro. Determinados produtos tem seus valores definidos pela escassez ou pela raridade, assim absorvem altos valores de troca. Outros de grande utilidade pouco valor de troca devido sua grande abundância.

Então, o principal componente de valor numa mercadoria seria o trabalho. É ele que define pela dificuldade da produção de um

produto o valor que determinada mercadoria deve possuir. Apesar de ser difícil de se medir o trabalho em determinada mercadoria.

Muitas vezes é difícil determinar com certeza a proporção entre duas quantidades diferentes de trabalho. Não será sempre só o tempo gasto em dois tipos diferentes de trabalho que determinará essa proporção. Deve-se levar em conta também os graus diferentes de dificuldade e de engenho empregados nos respectivos trabalhos. Pode haver mais trabalho em uma tarefa dura de uma hora do que em duas horas de trabalho fácil; como pode haver mais trabalho em uma hora de aplicação a uma ocupação que custa dez anos de trabalho para aprender, do que em um trabalho de um mês em uma ocupação comum e de fácil aprendizado. Ora, não é fácil encontrar um critério exato para medir a dificuldade ou o engenho exigidos por um determinado trabalho. Efetivamente, ao permutar entre si produtos diferentes de tipos diferentes de trabalho, costuma-se considerar uma certa margem para os dois fátiares. Essa, porém, é ajustada não por medição exata, mas pela pechincha ou regateio do mercado, de acordo com aquele tipo de igualdade aproximativa que, embora não exata, é suficiente para a vida diária normal^{lxxxii}.

Desta forma torna-se mais fácil trocar uma quantidade específica de mercadoria do que trocar trabalho, que é um objeto abstrato, por determinado bem. É por esse motivo que o dinheiro se torna tão importante para os homens quando citado na teoria de Adam Smith, pois é o dinheiro em sua praticidade que se tornará objeto de compra de bens recorrentes entre a sociedade dos homens.

Em outro ponto também vemos a concordância de Ricardo e Smith, quando Smith comenta: Ricardo, por sua vez, concorda com esta observação do pai da economia, como observamos na sua teoria sobre valor.

4. TRABALHO, LUCROS E SALÁRIOS

“Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida”^{1xxiii}.

Para estudar o trabalho na análise de Adam Smith, devemos considerar que o autor considera o trabalho invariável em seu valor, pelo menos quando consideramos como possuindo o seu valor real. Pois o trabalho assim como as mercadorias ao serem permutadas em suas trocas apresentam dois tipos de valor, o valor real e o nominal.

O valor real do trabalho consistiria na quantidade de bens que determinado trabalhador conseguiria obter com sua função e esforço (seu trabalho). O valor nominal seria, simplesmente, a quantidade de dinheiro obtida pelo trabalhador com seu trabalho. O trabalhador apenas ficaria mais rico se a quantidade de dinheiro que este conseguir obter aumente o número de bens que

ele deseja possuir “O trabalhador é rico ou pobre, é bem ou mal remunerado, em proporção ao preço real do seu trabalho, e não em proporção ao respectivo preço nominal”^{lxxiv}.

Smith, por sua vez, acaba por definir então que o valor real ou o preço real do trabalho consistiria na subsistência do trabalhador. Por conseguinte, o economista considera a quantidade de trigo que o trabalhador consome como medida da sua sobrevivência e de sua família. Seriam elementos da subsistência do trabalhador o trigo, farinha de trigo, algumas outras farinhas e o linho.

Quantidades iguais de trabalho são compradas com maior precisão, em um futuro distante, com quantidades iguais de trigo - a subsistência do trabalhador - do que com quantidades iguais de ouro ou de prata, ou talvez com quantidades iguais de qualquer outra mercadoria. Portanto, em um futuro distante, quantidades iguais de trigo terão o mesmo valor real com maior precisão a mesma quantidade de trabalho alheio. Terão esse mesmo valor, digo, com maior exatidão do que quantidades iguais de praticamente qualquer outra mercadoria, já que mesmo em se tratando de trigo, quantidades iguais não terão exatamente o mesmo valor que terão quantidades iguais de trabalho. A subsistência do trabalhador, ou o preço real do trabalho, como procurarei demonstrar adiante, varia muito de acordo com as ocasiões, sendo mais liberal em uma sociedade que progride na riqueza do que em uma que está regredindo. Entretanto, qualquer outra mercadoria, em qualquer momento específico,

comprará uma quantidade maior ou menor de trabalho, em proporção à quantidade de subsistência que ela pode comprar na referida ocasião. Por conseguinte, uma renda reservada em trigo está sujeita apenas às variações da quantidade de trabalho que pode ser comprada por uma determinada quantidade de trigo. Ao contrário, uma renda reservada em qualquer outra mercadoria está sujeita não somente às variações da quantidade de trabalho que se pode comprar por uma quantidade específica de trigo, mas também às variações da quantidade de trigo que se pode comprar com qualquer quantidade específica da respectiva mercadoria^{lxxxv}.

Smith define então que o trabalho é a medida universal de valor de todas as mercadorias e o trigo é a mercadoria de medida do trabalho. Ricardo comentará mais tarde em sua obra que o trigo não poderia ser objeto para medição do trabalho, pois o trigo como as demais mercadorias sofreriam variações em seu preço real e no nominal. Desta maneira Ricardo propõe que o valor de cada trabalho foi estabelecido entre os homens de forma natural, de como um acordo entre os homens.

Adam Smith, assim como Jonh Locke¹, admite que no estágio primitivo da sociedade humana, o trabalho é a única medida de valor para se trocar uma mercadoria por outra. Além

¹ Ver o capítulo sobre estado de natureza de Locke no capítulo 1 desta dissertação.

disso, o produto integral do trabalho de algum pertence a ele mesmo.

No estágio antigo e primitivo que precede ao acúmulo de patrimônio ou capital e à apropriação da terra, a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir os diversos objetos parece ser a única circunstância capaz de fornecer alguma norma ou padrão para tocar esses objetos uns pelos outros^{lxxxvi}.

O economista Smith analisa ainda que foi com o acúmulo do excedente produzido por alguns homens foi que, o homem começou a aplicar estes bens em trabalho de outros homens, visando obter mais bens que lhe dêem lucro, ou seja, obter sempre mais bens.

No momento em que o patrimônio ou capital se acumulou nas mãos de pessoas particulares, algumas delas naturalmente empregarão esse capital para contratar pessoas laboriosas, fornecendo-lhes matérias-primas e subsistência a fim de auferir lucro com a venda do trabalho dessas pessoas ou com aquilo que este trabalho acrescenta ao valor desses materiais. Ao trocar-se o produto acabado por dinheiro ou por trabalho, ou por outros bens, além do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais e os salários dos trabalhadores, deverá resultar algo para pagar os lucros do empresário, pelo seu trabalho e pelo risco que ele assume ao empreender esse negócio^{lxxxvii}.

O lucro, então, não é um salário de direção ou inspeção, ele é regulado pelo valor do capital ou patrimônio empregado em determinado

investimento, para que este gere bens a mais do que o aplicado.

O autor considera que o lucro compõe o preço natural de uma mercadoria. Os salários e os lucros compõem o preço. “Nas sociedades mais desenvolvidas, porém, existem sempre algumas mercadorias cujo preço se decompõem em apenas dois fatores: os salários do trabalho e os lucros do patrimônio ou capital”^{xxxviii}.

Podemos considerar na obra do autor que a renda da terra também é um fator importante na composição do preço das mercadorias. Será a reunião dos salários, lucros e a renda da terra que compõe a renda total de um país.

Assim como o preço ou valor de troca de cada mercadoria específica, considerada isoladamente, se decompõe em algum dos três itens ou aos três conjuntamente, da mesma forma o preço ou valor de troca de todas as mercadorias que constituem a renda anual completa de um país - considerando-se as mercadorias em seu complexo total - deve decompor-se no mesmos três itens, devendo esse preço ser dividido entre os diferentes habitantes do país, ou como salários pelo trabalho, como lucros do capital investido, ou como renda da terra. Assim sendo, o que é anualmente obtido ou produzido pelo trabalho de cada sociedade, ou - o que é a mesma coisa - o preço total disso, é originalmente distribuído entre alguns dos membros da sociedade. Salários, lucro e renda da terra, eis as três fontes originais de toda receita ou renda, e de todo valor de troca^{lxxxix}.

Após a definição do preço, analisaremos a aplicação deste preço nas relações de mercado. Primeiramente, Smith comenta que a taxa média dos salários, dos lucros e da renda da terra é regulada pela sociedade através da relação de mercado. Sendo assim o preço é variado conforme estas taxas variadas pelo mercado. Quando uma mercadoria, porém, é vendida por um preço que pague os salários, os lucros e a renda da terra de acordo com suas taxas naturais definidas pela sociedade estas mercadorias apresentam seu preço natural. Mas quando esta mercadoria tem uma variação maior ou menor que seu preço natural, estas apresentam seu preço de mercado. “O preço efetivo ao qual uma mercadoria é vendida denomina-se seu preço de mercado. Esse pode estar acima ou abaixo do preço natural, podendo também coincidir exatamente com ele”^{xc}.

Desta maneira, o preço de mercado é definido efetivamente pela lei da oferta e da procura citada por Smith, vejamos:

O preço de mercado de uma mercadoria específica é regulado pela proporção entre a quantidade que é efetivamente colocada no mercado e a demanda daqueles que estão dispostos a pagar o preço natural da mercadoria, ou seja, o valor total da renda fundiária, do trabalho e do lucro que devem, ser pagos para leva-la ao mercado^{xxi}.

Temos, porém, uma que é dividida entre uma demanda absoluta, ou seja, uma demanda de pessoas que desejam obter determinada mercadoria; e uma demanda efetiva de pessoas que realmente podem pagar o valor de certa mercadoria. É a demanda efetiva que determina o preço de mercado, dos produtos em geral. E ela que constitui a procura na lei da oferta e demanda.

Desta forma podemos perceber que os preços em geral giram em torno de seus valores naturais. As flutuações do mercado incidem também sobre os salários e os lucros, afetando os dois de maneiras diferentes, conforme o fornecimento de mercadorias e de trabalho.

As flutuações ocasionais e temporárias no preço de mercado de uma mercadoria recaem principalmente sobre as partes ou componentes de seu preço que consistem nos salários e no lucro.

Tais flutuações afetam tanto o valor como a taxa dos salários e do lucro, conforme o mercado estiver saturado ou em falta de mercadorias ou de trabalho (trabalho já executado ou trabalho a ser ainda executado). Um luto público aumenta o preço do tecido preto (que quase sempre está em falta no mercado, em tais ocasiões) e aumenta os lucros dos comerciantes que possuem uma quantidade considerável desse tecido^{xvii}.

O salário, por exemplo, varia de acordo com os aspectos de ser agradável ou não, o autor define que quanto menos agradável o trabalho, maior o salário pago por aquela função. Ainda, quanto maior a dificuldade de labor maior o salário pago. Quanto maior a instabilidade do emprego maior o pagamento para este. Seguindo, quanto maior o cargo de confiança e responsabilidade deste emprego mais se paga por este.

Os lucros, todavia, variam conforme os aspectos dos riscos, quanto maior o risco, maior o lucro. Enquanto a segurança, quanto mais arriscado um investimento maior seu lucro. Ao

passo que quanto menos agradável um investimento, maior seu lucro.

Seguindo, Smith comenta sobre o início da acumulação, que surge a partir da criação da propriedade privada:

estado original de coisas, no qual o trabalhador desfrutava do produto integral de seu trabalho, já não pôde perdurar quando se começou a introduzir a apropriação da terra e a acumular o capital. Já estava no fim, muito antes que se fizessem os aprimoramentos mais consideráveis nas forças produtivas do trabalho, e portanto não teria nenhum propósito prognosticar quais teriam sido seus defeitos sobre a recompensa ou os salários de trabalho^{xciii}.

Assim como vimos, o trabalhador passa a trabalhar por salários por causa da acumulação, os salários, desta maneira, passam a ser negociados como uma mercadoria. Deste modo, o autor analisa que os salários se alternam com as regras do mercado, ou seja, os salários sofrem alterações com a lei da oferta e da demanda.

Quando, em qualquer país, a demanda de pessoas que vivem de salários - trabalhadores do campo, diaristas, empregados de todo tipo - está em contínuo aumento, se a cada ano surge emprego para um número maior de trabalhadores do que o número de empregados do ano anterior, os operários não precisam associar-se para aumentar seus salários. A escassez de mão-de-obra provoca uma concorrência entre os patrões, que disputam entre si para conseguir operários, e dessa forma voluntariamente violam o natural conluio patronal para que não se elevem salários^{xciv}.

Podemos abrir um parênte se nesta parte que Smith descreve a melhora nas condições de vida dos trabalhadores, devido ao aumento real dos salários dos proletários, pois enquanto se aumenta o salário caem os preços de cereais e de outros bens manufaturados. A mesma análise será feita por Ricardo mais tarde em seus ensaios econômicos.

A remuneração real do trabalho, ou seja, a quantidade real de bens necessários e confortos materiais que o salário pode assegurar ao trabalhador, tem aumentado, no decurso deste século, talvez em uma proporção ainda maior do que o preço dos salários em dinheiro^{xv}.

O economista comenta que esse melhoramento na vida dos trabalhadores é uma benesse para toda a sociedade, pois os trabalhadores são a maior parte da sociedade, sendo assim, com a sua felicidade a nação floresce forte e feliz.

Analisando ainda salários e lucros, podemos observar também que com o aumento de um vemos o decréscimo de outro, como descreve o autor escocês:

O aumento do capital, o qual faz subir os salários, tende a baixar o lucro. Quando o capital de muitos comerciantes ricos é aplicado no mesmo negócio, naturalmente sua concorrência mútua tende a reduzir seus lucros; e quando há semelhantes aumento de capital em todos os diversos ramos de negócios de uma mesma concorrência produz necessariamente o mesmo efeito em todos eles^{xvii}.

5- O CAPITAL E A RENDA

Como já observamos, o início da acumulação se dá pela criação da propriedade privada. Com a implementação da divisão do trabalho o homem fica na dependência do trabalho de outros homens para atender a suas necessidades. Smith comenta que o acúmulo antecede a divisão do trabalho. “Assim como a acumulação de capital, por sua natureza, deve ser anterior à divisão de trabalho, da mesma forma o trabalho pode ser cada vez mais subdividido, somente na proporção em que o estoque for previamente cada mais acumulado”^{xvii}.

Smith observa o acúmulo como um fator natural para o aprimoramento das forças produtivas humanas, somente com o acúmulo o homem terá o excedente para empregar seu capital, ou melhor, sua riqueza para reproduzir mais riqueza.

O economista subdivide o capital de uma sociedade moderna em três partes. A primeira

parte seria a parte que proporcionaria ao dono do capital as condições necessárias para sua sobrevivência o que o autor chama de capital para consumo imediato onde estão incluídas despesas como alimentos, roupas, mobília para sua moradia, sendo este capital, um capital que não geraria renda ao dono deste. A segunda parte do capital de uma sociedade seria o capital fixo, ou seja, um capital que não mudaria de proprietário não circularia, ao capital fixo o autor atribui aos bens que ele considera como bens não circulantes como máquinas utilizadas para cumprir determinadas tarefas dentro de uma fábrica, casas ou terras, a aquisição de conhecimento, estudo, as benfeitorias feitas em terras a ser cultivadas, roçar, limpar ou drenar. Este capital existe para auferir renda ou lucro ao dono deste capital. A terceira parte do capital é atribuída a parte do capital circulante, capital que também serve para proporcionar renda ou lucro para seu proprietário, consiste em bens que servem para serem comercializados, ou seja,

proporcionando renda somente ao serem comercializados. O autor atribui os artigos como o dinheiro, os estoques de provisões², os materiais para tecidos, mobílias ou construção, e os produtos acabados nas mãos dos comerciantes, parte do capital circulante.

Todavia, devemos destacar cada especificidade dos capitais que geram renda como Smith destaca:

Todo capital fixo deriva originalmente de um capital circulante, devendo ser continuamente mantido por ele. Todas as máquinas e instrumentos de trabalhos úteis derivam originalmente de um capital circulante que fornece os materiais dos quais são feitos, bem como a manutenção dos trabalhadores que os fabricam. Além disso, requerem um capital da mesma espécie para mantê-los constantemente em bom estado^{xviii}

Sendo assim, nenhum capital fixo pode gerar renda a não ser através de um capital circulante. A finalidade do capital fixo é “aumentar as forças produtivas do trabalho”^{xcix}, para que seja feito um número maior de trabalho produzido. A do capital circulante é gerar renda a partir da barganha e não através da produção.

² Estoques de reserva dos comerciantes

Contudo a finalidade destes dois capitais é manter e aumentar o capital.

Contudo, vemos ainda que Smith considera que os capitais são aumentados pela poupança e que o dinheiro emprestado a juros é capital. No entanto, o tomador deste empréstimo pode ou não transformar este dinheiro em capital. Se o dinheiro for aplicado pelo tomador deste empréstimo em alguma atividade produtiva, o dinheiro aplicado será capital. Entretanto, se o dinheiro for usado apenas para o consumo imediato ou para pagar dívidas ou qualquer atividade que não seja produtiva este dinheiro não se transformará em capital.

O dinheiro emprestado a juros é sempre considerado como um capital pelo emprestado. Este espera que, no devido tempo, ele seja restituído e que nesse meio tempo o tomador lhe pague uma certa renda anual pelo uso do mesmo. O tomador do empréstimo por sua vez, pode utilizar como capital ou como um dinheiro reservado para seu consumo imediato. Se o emprega como capital utilizá-o para a manutenção de mão-de-obra produtiva, a qual reproduz o valor, com lucro. Neste caso, o tomador tem condições tanto para repor o capital como para pagar os juros, sem alienar qualquer outra fonte de sua renda nem interferir nela. Utiliza-se o dinheiro emprestado para consumo imediato, age como um perdulário, dissipando na manutenção de pessoas ociosas aquilo a que se destinava a manter pessoas operosas. Neste caso

ele não tem condições nem para repor o capital nem para pagar os juros, sem alienar alguma outra fonte de renda - como, por exemplo, a propriedade ou a renda da terra - ou sem inferir nela^c.

Percebemos ainda que os juros sofrem os mesmos efeitos da lei da oferta e da demanda.

“À medida que a quantidade de dinheiro a ser emprestada a juros aumenta, os juros ou preço que deve ser pago pelo uso daquele dinheiro necessariamente diminui”^{ci}.

Podemos entender então como o mercado atua na relação entre o aumento e a diminuição das taxas de juros, quanto maior a demanda maiores juros.

O capital de uma sociedade é aumentado proporcionalmente pelo excedente produzido por este povo. Este excedente representa a prosperidade ou não de uma nação, o que faz com que um país seja próspero ou não é justamente a relação entre a produção e o consumo dentro deste país.

se o valor de troca da produção anual for inferior ao consumo anual, o capital da sociedade deve diminuir anualmente em proporção a essa diferença ou insuficiência. Neste caso, a despesa da sociedade supera sua renda, interferindo

forçosamente em seu capital. Por isso, seu capital necessariamente diminui e, juntamente com ele, o valor de troca da produção anual de sua atividade^{cii}.

Na discussão que Smith faz sobre a renda é importante salientar que para o autor a riqueza das nações se dá pela quantidade de bens consumíveis circulantes em cada um dos países, ou seja, a renda de uma sociedade se constitui em bens e não em dinheiro.

embora a renda semanal ou anual de todos os diversos habitantes de um país possa ser-lhes - e com frequência é realmente - paga em dinheiro, sua riqueza real, a renda real, semanal ou anual de todos eles considerados em conjunto será sempre grande ou pequena, conforme for grande ou pequena em proporção à quantidade de bens de consumo que todos eles têm condições de comprar com esse dinheiro. Evidentemente, a renda total de todos eles tomados em conjunto não é igual ao dinheiro e aos bens de consumo, mas somente há um desses dois valores: mais propriamente ao segundo que ao primeiro^{ciii}.

A renda bruta de todos os habitantes de um país compreende a produção anual deste. A renda líquida, por sua vez, se constitui a partir da dedução de despesas da renda bruta, ou melhor, a renda líquida é igual à renda bruta menos despesas.

6. O COMÉRCIO

Definiremos aqui o comércio como sendo uma das representações do mercado. Como definimos que o mercado é uma relação social de trocas pacíficas e específicas entre os homens e que dentro destas trocas poderiam derivar diversos tipos de trocas como trocas de serviços, interesses, influências, entre outras. Definiremos o comércio como uma troca dos bens consumíveis. Bens de circulação que Adam Smith subdivide em dois os estágios dessa circulação. Primeiramente, temos a circulação de um comerciante para outro, podemos pensar aqui na circulação de uma mercadoria antes de ser oferecida ao mercado varejista, ou melhor, antes de serem colocadas ao mercado do consumidor, ou seja, a segunda parte da circulação cujo valor dos produtos tendem a ser mais caros em condições normais de comércio, pois os comerciantes terão que auferir lucro aos bens a serem oferecidos ao consumidor.

O valor das mercadorias que circula entre os diversos comerciantes nunca pode superar o das que circulam entre os comerciantes e os consumidores; tudo quanto é comprado pelos comerciantes destina-se, em última análise, a ser vendido aos consumidores. A circulação entre os comerciantes, pelo fato de se efetuar no atacado, geralmente exige um soma bastante elevado para cada transação específica. Ao contrário, a circulação entre os comerciantes e os consumidores, já que é efetuada geralmente no varejo, muitas vezes requer apenas somas muito pequenas^{civ}.

Como um bom liberal, Smith defende o livre comércio, pois o autor acredita que a liberdade do comércio sempre nos garantirá os produtos de que tivemos necessidade. Apenas com a liberdade comercial é possível de se buscar a melhor mercadoria, o melhor negócio e o maior lucro. Todavia, vários governantes, comerciantes e industriários tendem a tentar controlar o comércio exterior onde se inibe o comércio através de altas taxas alfandegárias. O economista se indigna com as restrições comerciais e aponta que isso provocaria um laço de discórdia entre indivíduo e nações.

O comércio, que deveria naturalmente ser, entre as nações como entre os indivíduos, um traço de união e de amizade, transformou-se na

mais fecunda fonte de discórdia e de animosidade. A ambição extravagante de reis e ministros, durante o século atual e o passado, não tem sido mais fatal para a tranquilidade da Europa do que a inveja impertinente dos comerciantes e dos manufatures. A violência e a injustiça dos governantes da humanidade constitui um mal antigo para o qual receio que a natureza dos negócios humanos dificilmente encontre um remédio. Entretanto, embora talvez não se possa corrigir a vil capacidade e o espírito monopolizador dos comerciantes e dos manufatureiros que não são nem deveriam ser os governantes da humanidade, pode-se com muita facilidade impedi-los de perturbar a tranquilidade de pessoas que não sejam eles mesmos^{cv}.

Quando analisamos o comércio externo na concepção smithiana, vemos a luta que o autor trava contra o controle do comércio mercantil onde vigoram altas taxas de importação,

manutenção de monopólios e as concessões de subsídios, lutando sempre para um comércio mais livre, um bem maior para a humanidade. “O subsídio é feito para compensar essa perda e estimular o comerciante a continuar - ou talvez a começar - um comércio cujas despesas se prevêem superiores aos retornos, no qual cada operação consome parte do capital nele empregado” ^{cvi}. “O efeito dos subsídios como, aliás, de todos os demais expedientes do sistema mercantil, só pode ser o de dirigir forçosamente atividade ou comércio de um país para um canal muito menos vantajoso do que seria aquele para o qual ele se orientaria natural ou espontaneamente” ^{cvii}.

7. PROPRIEDADE E O GOVERNO CIVIL

Adam Smith acredita que, apenas com a introdução da propriedade privada se tornou necessária a constituição de um governo civil. O homem que pelas influências perniciosas das paixões como a inveja, a malícia ou ressentimento poderia tentar prejudicar, ferir ou assassinar seu semelhante. Com a introdução da propriedade na sociedade além das paixões citadas acima um outro motivo pode levar um homem a prejudicar outro homem, que seria o desejo de possuir a propriedade alheia. Ao querer possuir a propriedade do próximo o homem que a cobiça é movido tanto pela inveja quanto pela necessidade de possuir aquele determinado bem. Entretanto, o autor observa que com a criação da propriedade entre os homens surge uma grande desigualdade entre eles:

Onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade. Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos. A fartura dos ricos excita a indignação dos pobres, que muitas vezes são movidos pela necessidade e induzidos pela inveja a invadir as

posses daqueles. Somente sob a proteção do magistrado civil, o proprietário dessa propriedade valiosa - adquirida com o trabalho de muitos anos, talvez de muitas gerações sucessivas - pode dormir à noite com segurança. A todo momento ele está cercado de inimigos desconhecidos, os quais, embora nunca o tenham provocado, jamais consegue apaziguar, e de cuja injustiça somente o braço poderoso do magistrado civil o pode proteger, braço este continuamente levantado para castigar a injustiça. É, pois a aquisição de propriedade valiosa e extensa que necessariamente exige o estabelecimento de um governo civil^o.

Contudo, os governos mercantis extrapolam seus deveres, pois acabam por tentar controlar aquilo que não os cabe. Com o comércio livre o Governo Civil fica incumbido de cumprir deveres básicos para manutenção de nossa sociedade, que seria a defesa do território frente a ameaças externas, a defesa interna no controle de massas ou de indivíduos que perturbem a ordem estabelecida, a construção e a manutenção de obras públicas para satisfazer as necessidades e as comodidades da sociedade e de promover a instrução das pessoas dentro dos países.

Depois das instituições e obras públicas necessárias para a defesa da sociedade e para a administração da Justiça - ambas já mencionadas -, as demais obras e instituições públicas consistem, sobretudo nas que se destinam a facilitar o comércio da sociedade e nas que visam a promover a instrução do povo. As instituições

destinadas à instrução dividem-se em dois tipos: as que visam à educação da juventude e as que visam à instrução dos cidadãos^{cx}.

^{lxxii} SMITH, Adam. A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas / Adam Smith; com a introdução de Edwin Cannan; apresentação de Winston Fritsh; Tradução de Luiz João Braúna. - 2. ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas) vol. I Pág. 49;

^{lxxiii} I d e m

^{lxxiv} Ibidem, pág. 50;

^{lxxv} Ibidem, pág. 51;

^{lxxvi} Ibidem, pág. 41;

^{lxxvii} Ibidem, pág. 53;

^{lxxviii} Ibidem, pág. 57;

^{lxxix} Ibidem, pág. 58;

^{lxxx} Ibidem, pág. 59;

^{lxxxi} Ibidem, pág. 61;

^{lxxxii} Ibidem, pág. 64;

^{lxxxiii} Ibidem, pág. 63;

-
- lxxxiv Ibidem, pág. 66;
lxxxv Ibidem, pág. 67;
lxxxvi Ibidem, pág. 77;
lxxxvii Ibidem, pág. 77;
lxxxviii Ibidem, pág. 80;
lxxxix Ibidem, pág. 80;
xc Ibidem, pág. 84;
xci Ibidem, pág. 84;
xcii Ibidem, pág. 86;
xciii Ibidem, pág. 92;
xciv Ibidem, pág. 94;
xcv Ibidem, pág. 100;
xcvi Ibidem, pág. 109;
xcvii Ibidem, pág. 243;
xcviii Ibidem, pág. 248;
xcix Ibidem, pág. 252;
c Ibidem, pág. 299;
ci Ibidem, pág. 301;
cii Ibidem, pág. 412;
ciii Ibidem, pág. 255;
civ Ibidem, pág. 278;
cv Ibidem, pág. 409;
cvi SMITH, Adam. A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas / Adam Smith; com a introdução de Edwin Cannan; apresentação de Winston Fritsh; Tradução de Luiz João Braúna. - 2. ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas) vol. II pág. 9;
cvii Idem, pág. 10;
cviii Ibidem, pág. 164;
cixi Ibidem, pág. 173.

CONCLUSÃO

1. CONCLUSÃO

Chegado ao termino desta dissertação podemos perceber o conceito de John Locke sobre o que seria *mercado*. Num primeiro estágio quando os homens ainda não estavam unidos em sociedade, notamos que o *mercado* seria uma forma de relação social natural entre os homens, eles produziram um mercado pela necessidade de trocarem seus produtos para satisfazer suas necessidades. Mais tarde os intercâmbios dos homens se dariam dentro de uma sociedade, onde o comércio demonstra sua grande importância nas relações além da troca dos produtos necessários para sobrevivência dos homens notamos que o homem passa a buscar mais riquezas para se sobrepor aos outros homens. Isso na busca de uma evidência social em um jogo de crescimento social e econômico.

Quando no estágio inicial o trabalho dava o valor dos produtos, agora é a

sociedade, ou melhor, o mercado que ela produz é que daria o valor dos objetos, só tem valor àquilo que possa ser vendido por um bom valor. O *mercado* que nasce da natureza humana através de produtos que os homens colocaram suas mãos para retirá-los do estado de natureza, e trocaram com os outros homens, quer seja por necessidade, quer para fazer alianças ou, simplesmente, para agradar alguém querido, que se torna também, mais tarde um comércio alguns homens se especializam para a venda, obtenção de lucros, aumento de riquezas, e destaque dessas riquezas na sociedade.

O homem que tem seu início na sociedade através de seus laços conjugais com a mulher, depois com a família e mais tarde com a sociedade civil estabelece diversos contatos sociais naturalmente. O mercado para Locke seria apenas mais um destes contatos sociais. Mercado este sempre presente na natureza humana desde o início dos tempos. E

esse mercado apenas acompanha a evolução de suas sociedades, suas necessidades e seus desejos.

Logo, na parte do texto produzido sob a teoria de David Hume, podemos notar os diversos pensamentos do autor sobre a moral, política e economia. Vimos como se dá a relação social do homem para escritor. Sua concepção da formação do Estado, através da força e do consentimento.

As necessidades das trocas humanas, para suprir os defeitos, colocados por Hume, sobre nossa natureza. O autor, afirma claramente, que o homem é incapaz de viver só, longe de sua sociedade. Apenas a vida em sociedade dos homens, é que supririam suas necessidades, encobririam seus defeitos e aumentaria a força e a capacidade dos homens. A sociedade é o remédio dos males e deficiências humanas.

As trocas de serviços, auxílios, produtos, influências, trocas de presentes, de

forças, de laços de amizades, entre os homens. É que seria o motivo pelo qual a natureza humana, colocou os homens em sociedade. Desta sociedade que o homem não se desfaz, porque necessita dela para sobreviver. E são nessas relações de troca humana que observamos o *mercado* presente na vida dos homens. *Mercado*, uma relação social específica e pacífica, empregada na vida dos homens para suprir suas necessidades, defeitos e desejos, presente na humanidade desde os primórdios.

O *mercado* para Ricardo apresentasse sobre forma natural entre os indivíduos que produzem esta relação social para suprir suas carências, seus desejos e necessidades. Os exemplos que o autor nos dá nesta obra como as trocas do caçador e do pescador que trocam seus produtos para suprir suas carências, nos mostra com clareza como o autor compreende o *mercado* em uma sociedade que ele

considera como sendo o primórdio da humanidade.

Além disso, podemos observar em Ricardo, a importância que o autor dá para o *mercado*, pois o escritor afirma, como vimos, da importância do mercado para definir o valor do trabalho, este que definiria o valor de todas as outras mercadorias. O trabalho contido em todas as mercadorias seria a base de todas as trocas feitas por nossa sociedade, pois antes de tudo existem trocas de trabalho nestas mercadorias.

O *mercado* em Ricardo, não é uma coisa abstrata, um corpo vivo distante da sociedade, o *mercado* na obra do autor apresentasse entre os indivíduos que o produzem. Os homens que através de suas vontades, desejos e necessidades fazem suas trocas, que acabam por definir preços valor de trabalho e até ordem social entre os indivíduos, pois a riqueza de um indivíduo é medida pela quantidade de bens que a este

indivíduo é dado a possuir, ou seja, um indivíduo será considerado como rico quanto mais ele puder ter acesso ao *mercado* comprando os produtos que este indivíduo deseja ou que necessita.

O *mercado* é produzido de forma natural entre os indivíduos o que pode produzir também desigualdade entre eles, desigualdade entre países ou nações, mas este apresentasse como essencial na teoria ricardiana, pois o mercado também faz com que os produtos fiquem mais baratos e acessíveis a todos. *Mercado* inerente na vida dos homens dos primórdios aos dias de hoje.

Adam Smiith em sua grande obra “A Riqueza das Nações” observa do ponto de vista econômico e social os principais aspectos internos de sua sociedade, além disso, o autor observa também a relação se sua sociedade com as demais, sobretudo, sobre o aspecto econômico.

Para nós fica a herança desse grande autor considerado como o pai da Economia Política. Herança dos ensinamentos passados através desta obra que inspirou diversos outros homens que a partir deste livro puderam escrever novas teorias e análises acerca da economia. Economia que é reproduzida pelos homens através de suas relações sociais, um homem que produz, negocia e se comunica com um outro para garantir sua sobrevivência ou suas satisfações.

Smith acredita que o *mercado* seja uma comunicação universal entre os homens que tentam agradar a si mesmos ou ao próximo, para obterem vantagens desta relação. O jogo de interesses envolvido nas relações de mercado envolve sentimentos como toda e qualquer outra relação humana. O escritor, apesar de todo o envolvimento com os números, não se esquece destes sentimentos.

E em sociedade, contudo, que o homem encontra a melhor maneira de viver se relacionando uns com os outros. Em sociedade também construindo seus sistemas de produção. Produção para sua sobrevivência, produção para satisfação e sua conveniência. Relação de pessoas que se unem para produzir cada um a sua maneira e possibilidade para suprir suas necessidades e as necessidades de sua sociedade.

Os autores liberais consideram o *mercado* como uma relação social inerente aos homens dos primórdios aos dias de hoje. Essa relação que se torna tão somente necessária para os homens que procuram suprir suas necessidades através desta sociedade, estabelecendo a permuta com seus semelhantes de forma pacífica como forma de manter a paz entre os homens. Com a troca pacífica de bens de consumo os homens não mais teriam a necessidade de lutarem entre si para tomar do outro aquilo que servirá para

atender seus desejos e necessidades, eles poderiam permutar os bens de um e outro.

Desta maneira, observando as opiniões de cada um desses autores, que foi possível construirmos um questionário para aplicação de uma pesquisa do tipo Survey. A ser aplicado possivelmente na população do município de Mariana-MG.

2. QUESTIONÁRIO

Foi produzido, então, um questionário dividido em quatro módulos, inspirados nos principais temas discutidos pelos autores estudados. Mercado, Trabalho, Estado e o Comportamento foram os principais assuntos escolhidos para confecção deste questionário produzido com as indagações feitas pelos autores analisados. A fim de se fazer uma análise sobre o que seria o mercado na concepção de uma determinada população.

Separamos em tópicos as principais questões levantadas pelos autores analisados:

1. Locke:

- Trabalho justifica a propriedade;
- Mercado comum à natureza humana;
- Homens permutam trabalho;
- O homem aceita a desigualdade existente entre homens pelo consenso;
- Estado instituição criada para que os homens protejam suas propriedades;

- Governo função de manter a paz e a segurança dentro da sociedade e, por isso, ele se justifica.

2. Hume:

- Consenso da sociedade justifica a propriedade;
- Mercado comum à natureza humana;
- Divisão social do trabalho;
- Homem ser egoísta, movido por interesses pessoais;
- O comércio enfraquece o poder do Estado;
- As diferenças sociais muito elevadas podem levar a insatisfação da maioria da população em relação ao governo;
- Estado mantido pela opinião (de interesses e de direito: a propriedade e poder);
- Força e usurpação formas de criação dos governos.

3. Ricardo:

- Valor = utilidade + Trabalho + Oferta;
- Trabalho invariável, quantidade de trabalho aplicado em determinado bem capitalista é um elemento variável;
- Quantidade de bens e serviços que uma pessoa pode ter define se a pessoa é rica ou pobre;
- Quanto mais rara mercadoria maior seu preço;
- Divisão do trabalho, especialização do trabalho maior produção;
- Salário dos trabalhadores e o lucro dos burgueses grandezas inversamente proporcionais;
- Troca de mercadorias igual a troca de trabalhos investidos nas mercadorias;
- Mercado produtor da ordem social entra os homens na sociedade;

- Barateamento das condições de vida dos trabalhadores, melhora na vida dos trabalhadores;
- Capitalismo produz facilidade da produção dos produtos pela tecnologia, ocorre popularização e barateamento de vários produtos.

4. Smith:

- Vida do homem em sociedade e divisão do trabalho ligada ao mercado;
- Divisão do trabalho aumenta as forças produtivas da sociedade;
- Mercado é pacífico entre várias sociedades;
- Quanto maior a divisão do trabalho mais difícil se torna a produção individual;
- Surgimento da moeda pela necessidade das trocas entre os homens;
- Moeda representação de valores;
- Dualidade das mercadorias valor de: uso e de troca;

- Horas de trabalho como medição da quantidade de trabalho;
- Medição do trabalho em horas não mede a intensidade dos trabalhos;
- Salário medida da subsistência do trabalhador;
- Lucro igual capital empregado;
- Patrimônio aplicado a determinado investimento oferece retorno positivo que se valoriza economicamente;
- Lei da oferta e da procura;
- Diferenciação dos salários pela dificuldade, instabilidade, instrução e confiabilidade das funções;
- Salários sofrem a lei da oferta e procura;
- Capital três tipos: imediato, fixo e circulante;
- Livre comércio justo, liberdade de negociação.

Chegamos assim ao seguinte
questionário:

Módulo - Mercado (Moeda)

1. O que é uma mercadoria para o Sr.?
2. O que leva o Sr. a comprar uma mercadoria ?
Lpor minha necessidade de adquirir certa mercadoria 2.para revenda 3.outros
3. O Sr. considera que:1.haja valor intrínseco nas mercadorias 2.ou quem dá o valor para mercadorias somos nós 3. não a valor nenhum em nenhuma mercadoria
 - a. O que o Sr. considera que produz a maior parte do valor numa mercadoria? 1 .A sua utilidade 2. o trabalho 3.a escassez 4.a utilidade e o trabalho 5.outros
- 4.0 Sr. acha que as pessoas compram e vendem mercadorias porque: 1.as pessoas buscam suprir suas necessidades trocando objetos uns com os outros 2.porque o nosso sistema econômico assim nos impõe a fazer trocas
5. Que tipo de mercadoria o Sr. compra principalmente: 1.alimentos e roupas 2.eletrônicos e máquinas em geral 3.outros

6. O Sr. costuma fazer a maioria das suas compras de alimentos em: 1.mercearias e pequenos mercados próximo da sua residência 2.ou em grandes supermercados 3.outros

7. O Sr. costuma comprar objetos de camelo ou vendedores ambulantes ou algo que os valha?

8. Toda venda é uma compra, pois o dinheiro é uma mercadoria que vendedor de mercadorias compra quando troca sua mercadoria por dinheiro? O Sr. concorda com essa frase?

9. Quando o Sr. joga uma mercadoria fora é porque: 1 .não vejo mais valor nesta mercadoria nem para mim nem para outras pessoas 2.quando não vejo mais valor para mim 3.outros

10.Quando o Sr. doa uma mercadoria é porque: 1.não vejo mais valor para mim mas vejo valor para outras pessoas 2.quando não vejo valor para mim 3.não dou nada para ninguém

11.Quando o Sr. vende uma mercadoria é porque: 1 .não vejo mais valor para mim nesta mercadoria 2.porque vejo valor nesta

mercadoria, mas preciso de dinheiro 3. porque não vejo valor para mim, mas vejo que outra pessoa possa querer

12. O que o Sr. entende sobre mercado?

1. que uma relação social específica e pacífica entre os homens 2. é um centro específico de comércio

13. O Sr. possui algum investimento aluguel, fundos de investimento, poupança, etc? 1. Sim qual? 2. ou Não.

14. O Sr. acha que os homens já faziam trocas desde o início da sua história?

15. O Sr. acha comum trocar, comprar ou vender produtos?

16. O Sr. costuma cobrar nota fiscal quando você faz qualquer compra?

17. O Sr. tem costume de vender algum tipo de produto? Se sim com que frequência.

18. Quando você vende esse determinado produto você costuma passar nota fiscal?

19. O Sr. acha que o seu emprego lhe garante uma posição social dentro da sociedade?

- 20.O Sr. acha quem tem poder econômico também tem poder político?
- 21.O Sr. se considera incluído dentro de uma classe social?
22. O Sr. acha que uma classe é constituída por: 1.interesses econômicos 2.interesses políticos 3.ou pelos dois
- 23.O que seria classe para o Sr.?
- 24.O Sr. já ouviu falar na lei da oferta e da procura?
- 25.O que seria a lei da oferta e da procura para o Sr.?
- 26.O Sr. acha errado ter lucro em uma venda?
- 27.O Sr. considera que é errado emprestar dinheiro a juros?
- 28.O Sr. acha que as mercadorias possuem um valor de uso e um valor de troca?
29. Como Sr. compra a maioria das mercadorias?
1.com dinheiro 2.com cheque 3.com cartão de crédito ou cartão de débito 4.outras mercadorias

Módulo - Trabalho (Salário) (Riqueza)

30.O Sr. trabalha? 1.Sim ou 2.Não 29.1 se não trabalha como você ganha dinheiro ou de quem?

31.O Sr, considera que um trabalho seja diferente do outro? Sim, os trabalhos se diferem por sua dificuldade, instrução e confiabilidade ou não todos os trabalhos são iguais ou 2.Não todos os trabalhos são iguais.

32.O Sr. concorda que certas pessoas têm mais capacidade de realizar determinados trabalhos mais que outras: 1.sim concordo que uns realizam alguns trabalhos melhor que outros 2.ou não todos temos capacidades iguais e tudo é questão de aprendizagem

33.O Sr. acha que teria como medir o trabalho? 1.Sim, pode-se medir o trabalho por tempo e pela qualidade do determinado trabalho ou 2.Não, é impossível medir qualquer trabalho.

34. De que modo o Sr. acha mais justo medir o trabalho? 1.Por tempo 2.pela qualidade do

trabalho 3.não acho justo medir o trabalho,
pois todos são iguais 4.outros

35. De que modo Sr. recebe sua principal fonte de
renda? 1.Em dinheiro 2.Em outro tipo de
crédito 3.Em outro tipo de mercadoria Qual?
4.Outros

36.O Sr. recebe esta fonte de renda desta forma
porque? 1. Considera prático e mais fácil de
fazer compras com este 2. Porque recebo
assim a muito tempo e não saberia receber de
outro modo 3. Outros

37.O Sr. considera o dinheiro uma boa forma de
se fazer compras e vendas?1.sim, acho fácil
trocar dinheiro por outros produtos ou 2.Nao
prefiro trocar outras mercadorias que não
dinheiro para comprar alguma coisa.

38.O Sr. concorda que o emprego lhe garante
uma posição social dentro da sociedade?

39. Considerando dinheiro como uma mercadoria, o
Sr. concorda que quando trabalhamos para
alguém trocamos trabalho outras
mercadorias?1 .sim ou 2.não

36.1 Então, quando trocamos mercadorias trocamos trabalho investido nestas mercadorias? 1 .sim ou 2. não

40.O Sr. acha que o desemprego é causado principalmente por; 1 .excesso de pessoas que procuram um emprego 2.pela tecnologia, quanto mais maquinas menos trabalhadores 3.as duas opções acima

41. Como a história demonstra as horas de trabalho diminuiram com o passar do tempo em diversas legislações trabalhistas mundiais. O Sr. concordaria que deveriam passar nossas 8 horas de trabalho para 6 horas?

42.O Sr. acha possível haver uma redução na jornada de trabalho hoje?

43.O Sr. acha que as reduções da horas de trabalho seria uma boa saída para o fim do desemprego no país?

44.O que faz uma pessoa ser financeiramente rica ou pobre? 1.a quantidade de bens que essa pessoa possa comprar 2.poder ter bens caros e raros.

Módulo Estado (propriedade)

45. O que o Sr. considera que é mais importante que um governo deve oferecer a sua população? 1. Segurança 2. Saúde 3. Educação 4. Moradia 5. Outros.

46. O Sr. acha que nossa sociedade possa viver sem governo?

47. O Sr. acha que nosso país sofre com a violência?

46.1 Se sim: onde o Sr. acha que a violência apresenta-se mais grave no Brasil: 1. Nas grandes capitais 2. no interior 3. não a lugar mais seguro no país, nem nas capitais nem no interior.

48. O Sr. acha que o Estado brasileiro hoje garanta seus direitos, o Sr. vive tranquilamente?

49. Qual maior problema que o governo deve resolver com mais urgência (os três governos)?

50.O Sr. acha que o governo deva controlar o comércio?

51.O Sr. acha que o governo consegue controlar o comércio?

52.O Sr. acha que, o que lhe dá direito a sua propriedade é: 1.o seu trabalho ou 2.é a sociedade que lhe dá direito a ter propriedade?

53.O que Sr. acha melhor: 1.ter um emprego público ou 2.um emprego privado?

Módulo comportamento

54.O Sr. se considera egoísta?

55.O Sr. considera que a maioria das pessoas é egoístas?

56. O Sr. considera a vida mais difícil hoje, do que a 50 anos atrás?

57.O Sr. acha que a 300 anos atrás a vida era mais fácil ou mais difícil?

58.O Sr. acha que para os próximos anos a vida da população como um todo tende a melhorar ou piorar?

59. Sr. considera que cada pessoa deve: 1 .saber o que é melhor para ela 2. ou sempre deve ter alguém controlar a vida das pessoas.
- 60.O que o Sr. considera mais importante para humanidade? 1 .ter liberdade 2.ou ter igualdade entre os homens?
- 61.O Sr. acha possível que um homem viva isolado em uma ilha?
- 62.O Sr. acha que: 1.o homem é um ser que nasceu em sociedade ou 2.nasce sozinho?
63. O Sr. acha que a mercadoria que você ganha com seu trabalho, é sua? 1 .Sim ou 2.Não

BIBLIOGRAFIA:

HUME, David. *Ensaio Político*. São Paulo: Ed. Ibrasa, 1963.

LOCKE, John. *Dois Tratados Sobre o Governo I* John Locke; Tradução Júlio Fisher. - São Paulo: Martins Fontes, 1998, - (Clássicos).

MALTHUS, Thomas Robert. *Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua aplicação prática; Ensaio sobre a população* i Thomas Robert Malthus. *Nota aos princípios de economia política de Malthus / David Ricardo*; apresentação de Ernane Galvêas; tradução de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antônio Alves Cury — 2 ed. — São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).

MILL, John Stuart. *Ensaio Sobre a Liberdade*. São Paulo: Nacional, 1942.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Tradução: Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas / Adam Smith*; com a introdução de Edwin Cannan; apresentação de Winston Fritsh; Tradução de Luiz João Braúna. - 2.

ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).